UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CAMPUS DO SERTÃO

LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

EDJANE ALMEIDA DE BRITO

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: A TEMÁTICA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE PAULO AFONSO/BAHIA (2022-2024)

DELMIRO GOUVEIA-AL

2024

EDJANE ALMEIDA DE BRITO

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: A TEMÁTICA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE PAULO AFONSO/BAHIA (2022-2024)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientadora: Profa. Dra Sheyla Silva Farias.

DELMIRO GOUVEIA-AL

2024

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia
Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2*209*

B862e Brito, Edjane Almeida de
Ensino de história indígena: a temática indígena na educação básica de Paulo Afonso/Bahia (2022/2024) / Edjane Almeida de Brito. - 2024.
77 f.

Orientação: Sheyla Silva Farias.
Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2024.

1. Ensino de História. 2. História indígena. 3. Educação básica. 4. Currículo escolar. 5. Lei nº 11.645/2008. 6. Paulo Afonso - Bahia. I. Farias, Sheyla Silva, orient. II. Título.

CDU: 981:373.5

Folha de aprovação

EDJANE ALMEIDA DE BRITO

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: A TEMÁTICA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE PAULO AFONSO/BAHIA (2022-2024)

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 27 de novembro de 2024.

gov.br Documento assinado digitalmente
SHEYLA FARIAS SILVA
Data: 09/12/2024 15:30:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Orientadora: Profa. Dra. Sheyla Farias Silva - UFAL

Banca Examinadora:

gov.br Documento assinado digitalmente
FLAVIO AUGUSTO DE AGUIAR MORAES
Data: 09/12/2024 10:29:30-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Flávio Augusto de Aguiar Moraes - UFAL

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE IVAMILSON SILVA BARBALHO
Data: 28/11/2024 06:07:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. José Ivamilson Silva Barbalho - UFAL

Ao povo Pankararu, que escolhe enfrentar o preconceito com coragem, que cada passo dado seja um tributo ao respeito e à justiça.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um sentimento divino, e reconhecer as pessoas que me acompanharam nesta jornada é o mínimo que posso fazer. Em primeiro lugar, agradeço a Deus, cuja infinita bondade e amor foram minha força e que me cercou de pessoas extraordinárias, essenciais para o meu crescimento. À minha mãezinha, Jane Almeida, minha eterna gratidão. O que seria de mim sem a senhora? Seu amor e dedicação foram a base sólida sobre a qual construí quem sou hoje. Obrigada, mãe, por cada sacrifício e por ser meu porto seguro. Ao meu pai, Edvaldo, sou grata por cada ensinamento e pelo apoio constante. Aos meus irmãos, Nadjane, Vitória e Josué, sou imensamente grata pela vida de vocês e pelo vínculo que compartilhamos. Ao Matheus, meu melhor amigo e companheiro, agradeço profundamente pelo apoio e amor que foram meu refúgio nos momentos difíceis. À dona Iran, mulher forte e amável, minha gratidão por sempre torcer pelo meu sucesso e felicidade.

À Evini, minha irmã de coração, obrigada por sua amizade inestimável e por transcender o amor de Deus por onde passa. Minha sincera gratidão aos professores da UFAL em especial à professora Sheyla Farias, cuja orientação e paciência foram fundamentais para a realização deste trabalho. Agradeço também às amizades que a UFAL me proporcionou, tornando essa jornada mais leve, alegre e rica em aprendizado. E, por fim, meu profundo apreço ao Campus do Sertão, o primeiro lugar onde me senti livre para ser quem sou e onde tive a coragem de afirmar, com orgulho e voz alta, minha identidade indígena.

RESUMO

O presente trabalho aborda a importância do ensino de história indígena na construção de uma compreensão mais inclusiva e diversa do passado e presente brasileiro. Historicamente, a narrativa predominante no Brasil negligenciou as contribuições culturais dos povos indígenas, considerando-os como etnografia e não como parte ativa da história. No entanto, o cenário mudou com o fortalecimento dos movimentos indígenas, que lutam pelos seus direitos e pela preservação de sua cultura. A pesquisa destaca a Lei 11.645/2008, que tornou obrigatória a inclusão da história e cultura indígena no currículo escolar. Esse marco visa promover uma sociedade mais plural e multiétnica, resgatando os povos indígenas como protagonistas da história e saberes do Brasil. Com o objetivo de analisar a implementação da temática indígena na educação básica do município de Paulo Afonso (BA), o estudo utilizou métodos qualitativos e entrevistou a superintendente de educação básica, quatro coordenadores pedagógicos, três professores e três alunos para compreender como a temática indígena é abordada. O estudo evidencia que ainda há preconceito e uma abordagem superficial da temática indígena nas escolas, e propõe que essa pesquisa possa contribuir para a tomada de decisões educacionais mais inclusivas. Sugere, ainda, capacitação de professores para que possam transmitir o conteúdo de forma eficaz e sem estereótipos, promovendo um ambiente escolar que valorize a diversidade cultural. O trabalho está organizado em cinco seções que discutem desde a percepção da Lei 11.645/2008 até uma proposta de aula para introdução da temática indígena.

Palavras – chave: Ensino, História, Indígena.

ABSTRACT

This work addresses the importance of teaching Indigenous History in building a more inclusive and diverse understanding of Brazil's past and present. Historically, the predominant narrative in Brazil has neglected the cultural contributions of Indigenous peoples, viewing them merely as ethnography rather than as an active part of history. However, this perspective has shifted with the strengthening of Indigenous movements that fight for their rights and the preservation of their culture. The research highlights Law 11.645/2008, which mandates the inclusion of Indigenous history and culture in the school curriculum. This landmark aims to promote a more pluralistic and multiethnic society, recognizing Indigenous peoples as protagonists in Brazil's history and knowledge. To analyze the implementation of Indigenous themes in the basic education system of Paulo Afonso (BA), the study employed qualitative methods and conducted interviews with the superintendent of basic education, four educational coordinators, three teachers, and three students to understand how Indigenous themes are addressed. The study reveals that there is still prejudice and a superficial approach to Indigenous topics in schools and proposes that this research can contribute to more inclusive educational decisions. It also suggests teacher training to effectively and accurately convey content without stereotypes, fostering a school environment that values cultural diversity. The work is organized into five sections, covering everything from perceptions of Law 11.645/2008 to a lesson plan proposal for introducing Indigenous themes in the classroom.

Keywords: Education, History, Indigenous.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania
CEC	Comissão de Educação e de Cultura
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PL	Projeto de Lei
PPP	Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
2 INTERAÇÃO DA TEMÁTICA INDÍGENA NO AMBIENTE ESCOLAR 14
3 ANÁLISE DA TEMÁTICA INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO-BA 19
3.1 A Lei 11.645/2008 e a importância da temática indígena 19
3.2 Desafios e Limitações 21
3.3 Conhecimento e percepção 23
3.4 As Etapas da Temática Indígena no Município 24
3.5 História e culturas indígenas em sala de aula - uma proposta 34
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 37
REFERÊNCIAS 38
APÊNDICE A - ENTREVISTA S 1 39
APÊNDICE B - ENTREVISTA P 1 42
APÊNDICE C - ENTREVISTA P 2 44
APÊNDICE D - ENTREVISTA P 3 49
APÊNDICE E - ENTREVISTA C 1 55
APÊNDICE F - ENTREVISTA C 2 58
APÊNDICE G - ENTREVISTA C 3 61
APÊNDICE H - ENTREVISTA C 4 64
APÊNDICE I - ENTREVISTA A 1 67
APÊNDICE J - ENTREVISTA A 2 69
APÊNDICE K - ENTREVISTA A 3 71

1 INTRODUÇÃO

O ensino da história indígena desempenha um papel crucial na construção de uma compreensão mais abrangente e inclusiva do passado e do presente brasileiro. Ao longo dos anos, a narrativa histórica predominante no país frequentemente desconsiderou as ricas e diversas culturas dos povos originários e o que prevaleceu por muito tempo foi a "sentença pronunciada pelo historiador Francisco Adolfo Varnhagen, na década de 1850: para os índios, "não há história, há apenas etnografia." (Silva e Grupioni, 2004, p.221)

Nos últimos anos, houve uma mudança de paradigma em relação à crença de que os povos indígenas simplesmente desapareceram. Atualmente, há uma sensação de otimismo em relação ao futuro dos povos originários. São eles mesmos que estão levantando suas vozes contra essa ideia de desaparecimento, lutando pelos seus direitos históricos através de novas formas de participação política como os movimentos indígenas.

> Esse movimento surgiu diante de um franco ataque aos direitos sobre a permanência de suas terras ancestrais; o fato de não poderem se organizar por estarem tutelados; a condução de uma intensa política de assimilação, que visava em última instância a perda sobre os direitos de suas terras ancestrais, por um lado, e extinção da diversidade de povos indígenas por outro. (Fanelli, 2021, p. 31).

O movimento indígena no Brasil desempenhou um papel incrivelmente importante. Eles têm sido guerreiros incansáveis na busca por seus direitos e na preservação da riqueza cultural do nosso país.

Uma dessas conquistas, foi a implementação da Lei 11.645/2008. Essa lei representa um marco significativo no contexto educacional Brasileiro ao estabelecer a inclusão obrigatória do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino fundamental e médio do país.

Como aponta Fanelli (2021, p.16) "... a lei 11.645 tem um significado muito mais profundo, pois aponta para uma leitura da sociedade brasileira mais plural, diversa, multiétnica com múltiplos protagonistas e que, durante muito tempo foram negligenciados como sujeitos históricos e como sujeitos de saberes."

Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar como a temática indígena está sendo abordada na educação básica de Paulo Afonso – BA. Para isso, avaliei as práticas adotadas pela secretaria municipal de educação em relação à implementação da lei 11.645/2008, investiguei como as instituições de ensino que participaram da pesquisa tem incorporado e desenvolvido a

temática indígena e observei como o ensino de história indígena está sendo inserido na sala de aula dessas escolas.

O presente trabalho surgiu do interesse pelo ensino de história indígena, que é fundamental porque nos conecta com as raízes e vivências dos primeiros habitantes da nossa terra. Isso nos ajuda a entender melhor quem somos, de onde viemos e como nossa cultura se formou. Além disso, ensinar sobre os povos indígenas nos faz reconhecer sua enorme contribuição para o Brasil. Um dos motivos para a escolha desse tema foi a falta dele ou sua abordagem superficial na sala de aula, percebida durante os anos trabalhados como auxiliar de turma em escolas municipais.

Como expõe Freitas (2017, p. 10) "nossos alunos têm o direito de entender que os seus modos e os modos de viver-pensar, agir e sentir - dos seus pais não são os únicos possíveis, os principais ou os mais adequados a serem reproduzidos dentro de uma escola.", nossos estudantes tem o direito de entender que as pessoas têm diversas características; que o mundo é rico em culturas diversas e está em constante mudança; e que essa diversidade merece ser compreendida respeitada e apreciada.

Essa pesquisa adentra o campo da História Oral, que é, segundo Meyhi e Holanda (2015), por natureza, um campo dinâmico e contestado, que exige clareza sobre seus objetivos e limitações, especialmente em contextos acadêmicos. Ela é um processo em constante movimento, composto por múltiplas etapas que se inter-relacionam e influenciam mutuamente. Dentro desse campo, a história oral temática se destaca como uma alternativa que dialoga melhor com as expectativas acadêmicas, por ser mais próxima da documentação convencional. Ela traz maior estrutura e objetividade às entrevistas, uma vez que permite o confronto de informações baseadas em dados verificáveis, como datas e eventos, o que facilita o cruzamento de informações e o controle da subjetividade. Esse tipo de história oral é amplamente utilizado por outros profissionais que buscam explorar temas específicos de forma organizada, promovendo debates que vão além da experiência individual.

A história oral temática também assume um papel de resistência, frequentemente colocando em xeque versões estabelecidas de eventos e promovendo o confronto de opiniões. Essa característica a torna especialmente valiosa em estudos sociais, já que permite o acesso a uma pluralidade de vozes e perspectivas que desafiam narrativas dominantes e incentivam uma visão mais democrática e crítica da história.[1]

[1] Ver a obra "história Oral: como fazer, como pensar" autores: José Carlos Meihy e Fabíola Holanda (2015)

De acordo com Thompson (2009), ela é um recurso essencial para registrar e entender as experiências humanas a partir das narrativas de quem as viveu. “História oral é a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências.” (Thompson, 2009, p. 9). Ela se baseia na coleta e registro de relatos pessoais e testemunhos, transmitidos oralmente de geração em geração. Por meio dessas narrativas, é possível capturar nuances, perspectivas e detalhes que muitas vezes escapam das fontes escritas.

O método empregado na condução desta pesquisa foi o qualitativo que é um conjunto de práticas que transformam o mundo visual em dados representativos, incluindo notas, entrevistas, fotografias, registros e lembretes (Creswell, 2014, p. 49).

A partir disso, foram elaboradas perguntas destinadas a entrevistas e elas foram direcionadas à superintendente de educação básica da secretaria municipal de educação, quatro coordenadores escolares, três professoras formadas em história e três alunos da rede municipal. Foram desenvolvidos quatro tipos de entrevistas com propósito de analisar as etapas pelas quais a temática indígena percorre no âmbito educacional do município, desde a secretaria de educação responsável pelo encaminhamento dos projetos de portaria aos coordenadores escolares, passando por estes, que compartilham os projetos com os professores e os professores que transmitem esses conteúdos para os alunos.

Para formulação das perguntas foram utilizados como suporte teórico os livros "A temática indígena na escola” (2022), dos autores Pedro Paulo Funari e Ana Pinon. E a obra “A Lei 11.645/2008” (2022), de Giovana Fanelli.

O preconceito com as culturas indígenas ainda ocorre de uma maneira muito explícita, principalmente dentro da sala de aula. A escola é um dos primeiros locais onde as crianças tem contato com as diversidades, sendo assim, “ela é fundamental para o combate ao preconceito e a discriminação” (Freitas, 2017, p. 11).

Com esse pensamento, fazer essa pesquisa poderá ajudar na tomada de decisões educacionais, pois as conclusões da pesquisa podem fornecer perspectivas importantes para os formuladores de políticas educacionais locais. Ajudará a identificar lacunas ou áreas de melhoria no ensino de história indígena. Os resultados da pesquisa podem ser usados para desenvolver programas de capacitação para professores, ajudando-os a integrar de forma eficaz o ensino de história indígena em suas práticas pedagógicas. E ao promover uma educação mais inclusiva e precisa, esta pesquisa também estará contribuindo para o empoderamento das comunidades indígenas locais.

Este trabalho está dividido em cinco tópicos, o primeiro intitulado A lei 11.645/008 e a importância da temática indígena, traz uma análise sobre o que os entrevistados sabem sobre a lei e qual a relevância dessa temática na escola de acordo com os mesmos. No segundo tópico, foi observado as dificuldades que a temática indígena sofre no município, ainda analisando os relatos dos entrevistados. A terceira seção está voltada para os alunos e suas percepções sobre o indígena e sua história. Na quarta parte, abordamos todas as etapas que a temática indígena percorre no município até chegar ao seu objetivo final que são os alunos, fazendo uma análise mais profunda nas ações da secretaria de educação e no papel dos coordenadores e professores. O quinto tópico, traz uma proposta para a introdução da temática na sala de aula, com objetivo de iniciar o aluno nesse tema e promover um primeiro contato livre de estereótipos e preconceitos.

2 INTERAÇÃO DA TEMÁTICA INDÍGENA NO AMBIENTE ESCOLAR

A temática indígena vem ganhando cada vez mais espaço, conquistado através das mobilizações e lutas dos povos indígenas e de seus apoiadores. No entanto, como essa temática está sendo abordada nas escolas? A Lei 11.645/2008 está realmente sendo implementada de maneira eficaz? A escola está se tornando um espaço para desconstruir estereótipos sobre os indígenas, ou esses preconceitos continuam a ser perpetuados?

É importante reconhecer que muitos professores tiveram pouco ou nenhum contato com a história indígena durante sua formação acadêmica. Diante dessa realidade, é essencial buscar conhecimento e informações sobre o assunto.

Certamente, a historiografia tem desenvolvido sua abordagem acerca da temática indígena ao longo do tempo. Os povos indígenas frequentemente eram representados de maneira estereotipada ou marginalizada, refletindo preconceitos e visões eurocêntricas dominantes. No entanto, observou-se um deslocamento paradigmático, com historiadores adotando uma postura mais inclusiva e sensível, reconhecendo e valorizando as perspectivas, experiências e contribuições dos povos originários para a história e cultura do continente, por meio de uma análise mais crítica e contextualizada.

> Nesta grande reavaliação das sociedades indígenas e das políticas indigenista, a historiografia tem - e terá – um papel fundamental, decisivo até. Pois, cabe aos historiadores, através de uma revisão séria das abordagens vigentes – que relegam os índios a um papel fugaz e mal explicado no início da colonização, que reservam aos mesmos índios um enquadramento etnográfico e não histórico ou, ainda, que reduzem-nos a meras vítimas do inexorável processo de expansão europeia- não apenas resgatar esses "esquecidos" da história, mas antes redimir a própria historiografia de seu papel conivente na tentativa – fracassada- de erradicar os índios. (Silva e Grupioni, 2004, p.227)

Os primeiros escritos sobre o indígena emergiram nas primeiras produções literárias da colônia brasileira. Inicialmente, manifestado por meio de poemas que exploravam a figura do indígena e a rica natureza das Américas. Esses primeiros escritos refletiam uma tentativa de entender e narrar a nova realidade encontrada pelos colonizadores europeus. No século XIX essa temática ganhou força e se tornou um tema central no movimento romântico brasileiro. Durante esse período, os escritos românticos utilizaram a imagem do "índio" como um símbolo da nação emergente. O indígena foi retratado como um herói nacional, nobre e corajoso, que personificava os valores e a pureza da noção brasileira. Obras como "O Guarani" de José de Alencar são exemplos clássicos dessa abordagem onde a figura do índio é idealizada e colocada no centro das narrativas históricas e poéticas.

> Apesar de Alencar tentar valorizar o índio e suas características, o índio alencariano apresenta o etnocentrismo europeu em que podemos perceber no nativo o caráter ideal posto pela Europa, idealizado como o "bom selvagem" tendo característica de um amigo, generoso, fiel, que servia ao seu senhor se dedicando inteiramente para salvar o português, servindo-o irresistivelmente e sem indagar. (Vieira, 2018, p. 22)

Os historiadores sempre apontaram que a expansão europeia teve um grande impacto na história do Brasil. Mas, nos últimos cinquenta anos, começaram a prestar mais atenção em novos protagonistas, como negros, indígenas, mulheres e crianças, e a explorar temas como a sexualidade, família e religiosidade, além de novas maneiras de pensar a história.

Freitas (2017) nos diz que essa mudança da história social para a história cultural, aliada à militância de intelectuais indígenas e à aproximação entre história e antropologia, transformou a maneira de entender a vida dos povos indígenas. Hoje, essa vivência não é mais vista apenas pela lente de vencedor e vencido, ou pelo contraste entre barbárie e civilização. Olhar a vida indígena só por esse ângulo simplistas levava a um processo de vitimização que ofuscava suas ações, negava-lhes o papel de sujeitos históricos e sua humanidade, e ainda dificultava a compreensão de uma parte essencial da história do Brasil.

O movimento indígena no Brasil é uma manifestação de resistência e luta por direitos que emergiu com força, especialmente a partir dos anos 1970. Ele busca assegurar a autonomia, a preservação cultural e a proteção territorial dos povos indígenas, que historicamente foram marginalizados e oprimidos desde o período colonial. Nascido no contexto da repressão militar e da restrição de direitos políticos, a luta indígena se desenvolveu em meio a influências de movimentos sociais e sindicais, muitas vezes adotando estratégias semelhantes de organização e reivindicação.

Desde os anos 1970, os povos os povos indígenas no Brasil têm se unido em um movimento que busca garantir seus direitos à terra, saúde e educação

> O movimento indígena surgido no período de 1970 marcou sua posição na relação com a alteridade. Nos registros dos pronunciamentos das lideranças indígenas é possível perceber com bastante profundidade a dimensão do "nós" indígena em relação ao "outro", ao não indígena. (Brighenti. 2015, p. 149).

Por décadas, líderes indígenas e suas organizações têm lutado pelo reconhecimento e valorização de suas culturas e histórias, buscando corrigir a invisibilidade e os preconceitos. E foi a partir dessas lutas que a Lei 11.645/2008 surgiu.[2]

[2] Para mais informações sobre o movimento indígena brasileiro ler a obra" Escritos Indígenas (2007) do autor Gersem Baniwa.

Antes de começarmos a falar sobre a lei 11.645 de 2018 precisamos falar brevemente sobre a lei 10.639 de 2003. A lei mencionada alterava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/1996) ao exigir que nas instituições de ensino fundamental e médio, tanto públicos quanto privados, o ensino sobre história e cultura afro-brasileira se tornasse obrigatório.

Para que essa mudança viesse a acontecer, um caminho extenso e árduo foi percorrido, como enfatizado por Dornelles (2010) e Conceição (2011) apud Fanelli (2021, p. 77) "...foram apresentados cinco projetos de lei com essa temática, desde o período pós-constituinte, em 1988, até o ano de 1999, por parlamentares ligados ao Movimento Negro."

Esses projetos buscavam integrar a história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, visando uma educação que refletisse a diversidade cultural do Brasil. "O Movimento Negro reivindicava uma lei específica para que a história e a cultura afro-brasileira fossem ensinadas". (Fanelli 2021, p.77). Essa mudança representou um avanço significativo na promoção da diversidade e inclusão no ambiente educacional.

Só que essa lei não abrangia a temática indígena, não existia também a obrigatoriedade do ensino e história das culturas indígenas.

Ao analisar o capítulo três da obra "A Lei 11.645/2008", da autoria Giovana Fanelli, é possível perceber que a trajetória da referida lei foi um percurso que não apenas envolvia um conteúdo educativo em si, mas ocorria em meio a um jogo de interesses políticos.

O projeto de lei 433/03 apresentado pela deputada Mariângela Duarte não modificava a Lei 10.639/003, apenas incluía, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade também da temática indígena.

Fanelli (2021) faz algumas observações referente a escrita desse projeto de lei, ela passa por todos os aspectos que a lei passou até a sua efetivação, trazendo questões importantes, como por exemplo a falta de participação do Movimento Indígena para um assunto de total interesse deles.

> Pela leitura atenta do documento, percebe-se que em nenhum momento há a denúncia de racismo, exotismo, estranhamento e apagamento histórico disseminados pela escola e por materiais didáticos, como aparece na voz dos professores indígenas. Assim, a forma como a deputada se expressa em seu texto está muito longe da mentira como o Movimento Indígena refletiu sobre as apresentações de seus povos nas escolas da sociedade envolvente. (Fanelli, 2021, p. 95)

A participação total do Movimento Indígena nesse Projeto de Lei era fundamental, a deputada não tinha lugar de fala, ela não é indígena e o Movimento Indígena pode falar por si,

pode fazer suas exigências e observações. A ideia de que o indígena é um ser inocente, que precisa de alguém que fale por ele ou cuide dele, é ultrapassada e sem cabimento.

> Pensando no projeto de lei da deputada Mariângela Duarte, quando ela aponta que "a comunidade indígena" não foi contemplada pela Lei 10.639/03, e ao apresentar uma nova proposta legislativa, Duarte coloca-se como alguém que toma partido pela história e pela cultura indígena nos currículos escolares, que de certo modo está presente nas reivindicações do Movimento Indígena. Mas, como vimos, a forma como ela elaborava sua justificativa é totalmente diferente do que os professores indígenas refletiam nas reuniões de 1989, 1990 e 1991. (Fanelli, 2021, p. 96)

Como vimos, o Movimento Indígena já tinha reivindicações referentes ao ensino de história e culturas indígenas, ele já havia percorrido um longo caminho em busca de direitos. Seria bem mais assertivo da parte da deputada colocar as reflexões do Movimento e evitar falas genéricas.

O PL seguiu para o debate na comissão de Educação e de Cultura, onde ocorreram mais falas contra do que favoráveis a essa alteração da Lei 10.639/03, mas isso não significava a reprovação do PL.

> O mais contraditório é que todos os debatedores eram contrários a proposta, mas isso não significa que votaram contra. E o PL é aprovado por unanimidade aqui entra a questão do jogo político, de entender que, se voto contra esse projeto de lei hoje, amanhã o grupo com o qual não concordei pode votar contra os interesses que defendo. (Fanelli, 2021, p. 109)

Após a aprovação do projeto pela CEC, ele é enviado ao CCJC- comissão de constituição e justiça e cidadania tendo como redator o deputado Odair Coelho, onde a análise feita por ele foi "bastante técnica observando principalmente se o projeto de lei não fere a constituição" (Fanelli,2021, p. 110) Após outros muitos percursos a Lei 11.645/2008 foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.[3]

Essa foi uma grande conquista, embora a falta de participação do movimento indígena tenha desencadeado uma abordagem mais superficial.

Pensando nisso, entramos no campo do ensino de história indígena na educação básica. O ensino de história indígena e a educação escolar indígenas são duas coisas diferentes. Mesmo a educação escolar indígena não sendo o objeto do nosso estudo é importante trazer uma breve explicação sobre esse assunto, já que muitas vezes ele é confundido com o ensino de história indígena. A educação escolar indígena ocorre em escolas localizadas nas comunidades indígenas e é destinada especificamente aos estudantes indígenas, o currículo é adaptado para

[3] Ler capítulo 3 da obra "A Lei 11.645/2008" da autora Giovana Fanelli

incluir conhecimentos tradicionais, práticas culturais, saberes locais e línguas indígenas, além dos conteúdos exigidos pela legislação.

O ensino de história indígena ocorre principalmente em escolas não indígenas como parte do currículo regular de Educação básica no Brasil. Ao pensar sobre essa temática, surge a seguinte questão: O que deve ser ensinado?

Para ensinar história indígena de forma eficiente e respeitosa, é essencial adotar uma abordagem que valorize a diversidade, a riqueza das culturas indígenas, e que problematize suas lutas e seus direitos.

> Um primeiro meio de se conhecer um grupo humano qualquer, e em particular uma comunidade indígena, consiste em mergulhar no seu cotidiano, numa imersão que permita perceber como o mundo pode ser visto e vivido de outra maneira (Funari e Pinón, 2022, p. 30).

O professor precisa reconhecer que existem muitas comunidades indígenas, cada uma com suas próprias características culturais. Apresentar essa diversidade desde o início é fundamental para evitar generalizações e ajudar os alunos a compreenderem a vasta e rica dimensão cultural dos povos originários. Outro ponto importante é ensinar a história completa, desde os tempos pré-coloniais até o presente, destacando a continuidade e a resistência dessas culturas ao longo do tempo.

É essencial priorizar as perspectivas dos próprios povos originários, o que pode ser feito através da inclusão de materiais produzidos por eles, visitas a comunidades, e palestras de lideranças indígenas. Discutir questões atuais e os desafios contemporâneos que as comunidades indígenas enfrentam também é crucial para conectar o passado e o presente. Utilizar recursos didáticos revisados ou criados por indígenas proporcionará uma compreensão mais rica e precisa.

Para uma visão mais completa, combinar o ensino de história indígena com outras áreas de estudo ampliará o aprendizado. Promover atividades práticas, como projetos de pesquisa, oficinas de artesanato, culinária indígena, visitas a locais históricos, e iniciativas para a proteção de áreas indígenas, também é fundamental. Valorizar as línguas, histórias, comunidades e suas organizações enriquecerá ainda mais o currículo.

O educador deve estimular o pensamento crítico dos estudantes, incentivando-os a questionar as narrativas coloniais, reconhecer as injustiças históricas e atuais, e identificar as contribuições das diversas culturas indígenas para a formação do Brasil. É importante apresentar o indígena como protagonista, destacando suas atuações como políticos, artistas, escritores, empresários, mestres, doutores, juízes, médicos, etc.

E a escola precisa ser o lugar ideal para a formação de uma sociedade mais consciente e respeitosa, ajudando a combater estereótipos e preconceitos.

3 ANÁLISE DA TEMÁTICA INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO-BA

Neste capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa de campo realizada no município de Paulo Afonso (BA), com o objetivo de analisar a aplicação da Lei 11.645/2008 no que diz respeito à temática indígena na escola. A pesquisa incluiu entrevistas com quatro coordenadores, três professoras, três alunos e a superintendente de educação básica do município, além de observações das práticas de ensino e análise de documentos escolares de quatro escolas. Os nomes dos entrevistados e das escolas serão substituídos por códigos alfanuméricos. Professores: P1, P2, P3/ Coordenadores: C1, C2, C3, C4/ Alunos: A1, A2, A3/ superintendente: S1

Os coordenadores, professores e a superintendente foram entrevistados sobre a relevância, benefícios, desafios e limitações na aplicação da Lei. As respostas foram codificadas em temas principais. Os alunos foram entrevistados sobre a percepção que eles têm sobre o indígena e sua história. As respostas foram codificadas em um tema principal. As práticas de ensino foram observadas através da análise de alguns documentos escolares, o Projeto Político Pedagógico (PPP) foi um deles, atividades feitas em sala de aula e do relato dos coordenadores e professores, também foi codificado em um tema.

Tema 1: A Lei 11.645/2008 e a importância da temática indígena
Tema 2: Desafios e limitações
Tema 3: Conhecimento e percepção geral
Tema 4: As etapas da temática indígena no município
Tema 5: Proposta de atividade

3.1 A Lei 11.645/2008 e a importância da temática indígena

Nesta seção, são apresentados os relatos sobre a Lei 11.645/2008 e a relevância da temática indígena para os entrevistados, que incluem coordenadores, professores e a superintendente de educação básica do município.

Todos os entrevistados afirmaram conhecer a Lei 11.645/2008. P1 destacou: “Sim, conhecer essa lei é de suma importância, até porque os indígenas foram os primeiros habitantes do nosso país e que nos deixaram grandes contribuições que perduram até hoje.”

S1 também reforçou esse conhecimento: “Sim, claro! Nós temos conhecimento e, inclusive, montamos nosso referencial curricular e acrescentamos como parte do currículo e todas as escolas são contempladas com essas atividades.”

Com base nesse entendimento da lei, passamos aos relatos sobre a importância de ensinar a história indígena e a sua contribuição para a formação dos alunos. C1 afirmou: “É importante para ele [o aluno] conhecer a origem da história do Brasil, que começou realmente com essa raça né, a origem mesmo nossa é indígena né, que contribuiu muito para a formação do povo brasileiro e até hoje contribui.”

Neste último relato, a palavra “raça” foi utilizada para se referir aos indígenas, como uma forma de classificação. Conforme Funari e Pinón (2022, p. 9), “... quando se trata de pessoas, só existe uma raça: a raça humana.” O uso desse termo é incorreto e pode dificultar o ensino, além de “favorecer o racismo” (p. 10).

No entanto, é importante observar que os entrevistados reconhecem os povos indígenas como originários e fundamentais para a formação do Brasil, como mencionado por outros participantes. C2 enfatizou: “... As crianças e os adolescentes precisam ter noção de que eles foram os primeiros povos, os povos originários e eles têm que saber sobre isso, respeitar sobretudo essa cultura, porque é uma cultura tradicional e é a cultura que nós viemos.”

Para C4, o ensino da história indígena é essencial, pois: “... através dele se desenvolve uma valorização que há muito tempo deveria ter ocorrido desses povos tradicionais.”

C3, por sua vez, colocou foco na formação dos alunos: “... A gente está com a formação dessas pessoas, e essa formação precisa se dar dizendo a eles quem de verdade são essas pessoas. Se a gente não falar sobre isso, a gente perpetua o preconceito.”

Fica evidente, contudo, que o conhecimento dos entrevistados sobre a Lei 11.645/2008 ainda é superficial. Por exemplo, S1 pareceu confundir a questão do ensino de história indígena com a educação escolar indígena, que é de responsabilidade do Estado. Essa confusão é evidente na fala: “... A educação municipal não é responsável pela educação indígena. Nós colocamos e contemplamos porque entendemos que a inclusão é para todos, e nos colocamos com esse desejo de acolher essas pessoas.”

As falas dos entrevistados revelam percepções valiosas sobre a Lei 11.645/2008 e a importância de abordar a história e a cultura indígena nas escolas, mas também mostram algumas dificuldades em como essa lei é compreendida e aplicada.

P1 demonstra ter uma visão clara sobre a relevância histórica dos povos indígenas, ressaltando o quanto eles contribuíram e continuam a contribuir para a formação do Brasil. Essa fala destaca a importância de ensinar aos alunos sobre as raízes indígenas do país, algo essencial para construir uma educação que realmente valorize a diversidade cultural e histórica.

S1 também mostra conhecimento da lei e menciona que o currículo do município inclui atividades ligadas à temática indígena. No entanto, ao usar o termo "raça" para se referir aos indígenas, S1 recorre a uma classificação desatualizada que pode reforçar estereótipos.

C2 e C4 reforçam a urgência de ensinar essa história nas escolas, com foco no respeito e na valorização das culturas indígenas. C2 faz um apelo para que as crianças e adolescentes compreendam a importância dos povos originários, algo fundamental para formar cidadãos que respeitem e celebrem a diversidade cultural. C4, por sua vez, destaca que a valorização dos povos indígenas é algo que já deveria ter acontecido há muito tempo, lembrando como essa parte da história foi negligenciada.

C3 coloca a formação dos alunos no centro da questão, ressaltando que, ao não ensinar sobre os povos indígenas, perpetuamos o preconceito. A fala é impactante ao afirmar que, para combater a discriminação, é necessário mostrar "quem de verdade são essas pessoas", evidenciando a importância de se educar com base na verdade histórica e cultural, sem distorções.

S1 ao final evidencia uma confusão comum entre a educação escolar indígena e o ensino da história indígena no currículo regular. Ao afirmar que a educação municipal "não é responsável pela educação indígena", S1 se refere à educação escolar específica para povos indígenas, que de fato é de responsabilidade do Estado, mas parece confundir isso com a necessidade de incluir a história e a cultura indígena no currículo de todas as escolas. Isso demonstra um entendimento limitado do alcance da Lei 11.645/2008, que visa justamente garantir que a história indígena seja ensinada em todas as instituições de ensino, e não apenas nas escolas indígenas.

Esses relatos sugerem que, embora exista um reconhecimento da importância de abordar a temática indígena nas escolas, ainda há falta de clareza sobre a forma correta de fazê-lo. Isso ressalta a necessidade de formação continuada para os educadores e de um aprofundamento no

conhecimento sobre a Lei 11.645/2008, para que ela seja aplicada de maneira mais eficaz e sem perpetuar erros ou preconceitos.

3.2 Desafios e Limitações

Neste tópico, foram discutidos os desafios e limitações identificados pelos entrevistados. O preconceito foi destacado como um fator relevante. C2 afirma: “Eu acho que ainda existe muito preconceito, entendeu? Não só da cultura indígena, mas da cultura afro também. As pessoas têm muito preconceito, e a gente está o tempo inteiro tentando quebrar isso.”

P2 acrescenta: “Eu acho que o preconceito por parte de alguns alunos existe infelizmente, existe preconceitos, como existe em todas as classes”.

Ainda sobre os desafios, C4 ressalta a necessidade de maior aceitação por parte das escolas em relação ao tema: “A própria aceitação por parte das unidades escolares por que durante muito tempo o Índio ele foi visto apenas assim, como um povo diferente, uma cultura diferente e nem todos os costumes deles eram incorporados nas unidades escolares.

Em relação às limitações, a falta de material didático adequado foi mencionada por diversos entrevistados. Ao serem questionados sobre o acesso a recursos de qualidade sobre o tema, a maioria respondeu de forma negativa. P1 observa: “Ainda não! O que a gente consegue, a gente tem que ir em busca mesmo, né pesquisar ir para a internet, de fácil acesso não é.”

C2 reforça: “Não! Pouquíssimo, pouquíssima coisa.”

C3 também destaca essa limitação: “não! Não, e geralmente a gente que tem que buscar, porque vir para a escola esse tipo de conteúdo não, a gente não recebe.”

C1 comenta: “muito pouco! Eu acho que muito pouco e até como eu falei da questão da abordagem nos livros didáticos hoje em dia, aborda muito pouco essa questão da cultura indígena”.

Para complementar, a superintendente da educação básica do município acrescenta: “Ainda não, creio que a gente precisaria de mais embasamento teórico, sim.”

As falas dos entrevistados trazem à tona questões profundamente cruciais sobre os desafios que a comunidade indígena enfrenta nas escolas. O preconceito, mencionado diversas vezes, mostra o quanto a cultura indígena ainda é marginalizada e estereotipada, não só no ambiente escolar, mas também em nossa sociedade.

C2, por exemplo, fala sobre a luta constante para superar essas barreiras, destacando que essa discriminação não atinge apenas os indígenas, mas também outras minorias, como os afrodescendentes. Essas palavras mostram como essa batalha diária é dolorosa e persistente.

C4 aprofunda essa discussão ao falar sobre a resistência das escolas em aceitar e integrar os costumes indígenas no currículo. A ideia de que o "índio é um povo diferente" ainda está muito presente, o que acaba excluindo e dificultando a valorização dessas tradições no ensino. Essa visão reforça uma história de exclusão, na qual os povos indígenas são vistos como distantes, em vez de serem reconhecidos como parte essencial da identidade e cultura do país.

Além disso, as limitações materiais são uma dificuldade importante. A falta de recursos didáticos específicos sobre a cultura indígena, mencionada por C1 e C3, mostra que o sistema educacional ainda está longe de oferecer o suporte necessário. Sem esses materiais, os alunos têm pouco ou nenhum acesso real à diversidade cultural indígena. Isso reforça o apagamento dessas culturas e faz com que a riqueza de suas tradições se perca, impedindo que elas sejam ensinadas e compreendidas de forma adequada. Essas falas refletem uma necessidade urgente de mudança e reconhecimento.

3.3 Conhecimento e percepção

Neste tema, foi analisado o conhecimento e a percepção geral que os alunos entrevistados têm sobre a temática indígena. Quando questionados sobre o que significa ser indígena para eles, o estereótipo mais mencionado foi o de pessoas pintadas que vivem nas florestas.

A1 comentou: "…aqueles povos que vivem na mata, com sua cultura, com suas vestes." A2 acrescentou: "Índios, eu não vou falar naturais, porque eu nunca cheguei perto, eu tenho famílias de caboclo e indígena, só que eu... a aparência deles é, eu imagino desenhados né, semi-nus, mas sei que não, porque hoje em dia as coisas se avançaram e também eles têm casas como as nossas."

Ao serem indagados sobre experiências ou contatos reais com povos indígenas, A3 expressou satisfação por participar de um passeio escolar a uma comunidade indígena: "Eu já fui uma vez num... como é que chama? Num passeio escolar para a aldeia Kariri, eu já fui lá e isso eu gostei bastante." Por outro lado, A2 mencionou que nunca teve contato, e A1 disse: "Eu não tive muito contato, mas já conversei com uma pessoa que era indígena, mas só uma vez ou outra."

Sobre a importância de aprender sobre as culturas indígenas, todas as respostas foram positivas. A1 afirmou: “Sim, com certeza! É algo que a gente tem que estudar, que eles são povos mais deixados de lado, a gente tem que dar total atenção a eles.” A3 concordou: “Sim! Eu acho importante, porque também eles foram um dos primeiros povos a chegar, assim... Que já estavam aqui no Brasil, então eu acho bom conhecer a cultura deles.”

Ao serem perguntados sobre oportunidades de ler ou estudar sobre os povos indígenas na sala de aula, A1 respondeu: “Sim, a gente já estudou sim. Já fizemos até trabalho.” A2 relembrou: “Sim, eu acho que foi no 7° ano, por aí. Daí eu não me lembro mais.”

Por fim, ao serem questionados se acreditam que aprender mais sobre a cultura indígena poderia tornar as pessoas mais respeitosas com as diferenças, A3 disse: “Sim! Porque, às vezes, a nossa maneira de viver, por mais que seja diferente da deles, eles têm coisas que possam ajudar e que sejam importantes também.” A1 concluiu: “Sim! E muito! Vai trazer muito respeito a gente, e é muito legal você aprender sobre a cultura do outro, é a diversidade, né, entre a gente.”

As falas dos estudantes entrevistados revelam uma visão estereotipada e, em certa medida, superficial sobre a cultura indígena, especialmente no que se refere à aparência e ao modo de vida dos povos indígenas. A percepção de A1 e A2 reflete uma imagem tradicional e idealizada, como a de “povos que vivem na mata” ou “semi-nus”. Isso demonstra que, apesar de algum conhecimento, as representações mais comuns que circulam na sociedade ainda são baseadas em ideias simplificadas e históricas, em vez de uma visão mais atual e complexa.

Por outro lado, há uma consciência emergente, especialmente na fala de A2, sobre a modernização e as transformações pelas quais as comunidades indígenas também passaram, como o reconhecimento de que hoje muitos vivem em condições semelhantes às de outros brasileiros, em casas e com acesso a tecnologias. Esse ponto é importante, pois demonstra uma tentativa de atualização dessa percepção, ainda que carregada de incertezas e estereótipos visuais.

Quanto ao contato direto com comunidades indígenas, os relatos são escassos, com apenas A3 tendo uma experiência concreta, relacionada a um passeio escolar. O fato dos alunos não terem tido mais interações diretas reflete a distância física e social que ainda existe entre grande parte da população e as comunidades indígenas, o que pode dificultar uma compreensão mais profunda e empática dessas culturas.

Entretanto, todos os alunos entrevistados demonstram uma atitude positiva em relação à importância de aprender sobre os povos indígenas. As falas destacam uma visão de respeito

e reconhecimento do valor da diversidade cultural, como apontado por A1, que menciona a necessidade de dar mais atenção a esses povos, e por A3, que valoriza o conhecimento da história dos primeiros habitantes do Brasil.

Esse desejo de aprendizado pode ser visto como um reflexo da crescente conscientização sobre a inclusão de temas indígenas nos currículos escolares, embora as oportunidades de estudo, segundo os próprios alunos, pareçam limitadas a experiências pontuais, como trabalhos escolares esporádicos.

Por fim, ao discutirem a possibilidade de que o estudo da cultura indígena torne as pessoas mais respeitosas, os alunos reconhecem a importância do conhecimento para promover o respeito às diferenças. A3 faz uma observação interessante sobre a utilidade mútua das diferenças culturais, sugerindo que há aspectos da vida indígena que podem ser valiosos para a sociedade em geral.

A fala de A1 complementa essa visão ao valorizar o aprendizado como um caminho para o respeito e a diversidade, revelando uma disposição para acolher e entender o outro

.

3.4 As Etapas da Temática Indígena no Município

Esse tópico aborda o percurso de implementação dessa temática no município. Essa análise abrange diversos aspectos, como a inclusão sistemática no currículo, parcerias com comunidades indígenas locais, monitoramento e avaliação das ações.

Em seguida, a investigação se volta para o papel dos coordenadores pedagógicos das escolas participantes, examinando como eles integram a temática indígena no currículo, desenvolvem projetos temáticos, oferecem apoio e orientação pedagógica.

Posteriormente, será analisada a abordagem dos professores entrevistados, com foco em como eles contextualizam historicamente a temática, selecionam e utilizam materiais didáticos, promovem atividades práticas e experienciais, incorporam perspectivas indígenas nas aulas, realizam uma avaliação crítica e reflexiva, e se engajam na autoeducação e atualização contínua.

Além disso, foram exploradas as percepções dos alunos entrevistados sobre o indígena e sua história, proporcionando uma visão mais ampla e detalhada de como a temática indígena é tratada em diferentes níveis do sistema educacional.

É evidente que, para uma análise mais aprofundada e precisa, seria necessário ampliar essa pesquisa para incluir mais escolas e um número maior de profissionais da área da educação.

Essa ampliação permitiria uma compreensão mais abrangente e representativa da implementação da temática indígena nas práticas educacionais.

No entanto, mesmo em seu escopo inicial, esta pesquisa serve como um ponto de partida crucial, fornecendo informações preliminares que podem gerar questionamentos e reflexões futuras sobre o tema.

Com base nos relatos da superintendente de educação básica do município, responsável pela área pedagógica, analisaremos como a temática indígena tem sido contemplada nos currículos escolares e nas ações educacionais locais. De acordo com a superintendente, essa temática é abordada anualmente em todas as escolas através de projetos.

Quando questionada se a inclusão da história indígena nos currículos está ocorrendo de forma efetiva, a resposta foi negativa: "Ainda não, nós precisamos fazer isso de forma... nós precisamos garantir esse direito à educação indígena de forma mais efetiva."

Ao ser indagada sobre a parceria da secretaria com as comunidades indígenas locais, a resposta foi: "...novamente eu volto a dizer: a educação municipal não é responsável pela educação indígena, nós incluímos e contemplamos porque entendemos que a inclusão é para todos."

Em seguida, foi perguntado sobre quais ações práticas têm sido planejadas para assegurar que a história indígena seja tratada de maneira mais significativa nas escolas. Novamente, os projetos escolares foram mencionados, agora com mais detalhes: "Nesses projetos, a gente trabalha a cultura, a história do povo indígena, a importância dos indígenas para a nossa comunidade, o respeito a essa cultura, o acolhimento a esses indígenas. É dessa forma que temos feito."

As escolas são responsáveis por desenvolver sete projetos anuais, conforme estipulado pela portaria. Esses projetos são apresentados à Secretaria Municipal de Educação, o que possibilita o monitoramento e a avaliação das ações referentes às temáticas obrigatórias, sendo a indígena uma delas.

O relato da superintendente de educação básica revela tanto o reconhecimento da importância da temática indígena nas escolas quanto as limitações no processo de sua implementação. A resposta negativa à questão sobre a inclusão efetiva da história indígena nos currículos mostra que, apesar dos esforços através de projetos anuais, ainda há um caminho a ser percorrido para garantir o direito à educação indígena de forma plena.

Além disso, sua declaração de que a educação municipal "não é responsável pela educação indígena" pode sugerir uma falta de articulação mais profunda com as comunidades

indígenas locais, o que poderia fortalecer essa inclusão. Embora os projetos mencionados promovam o respeito e a valorização da cultura indígena, o fato de essa abordagem estar ainda em fase de construção evidencia a necessidade de ações mais estruturais e contínuas, que vão além de projetos pontuais e se traduzam em uma integração mais sólida e permanente no currículo escolar.

Os coordenadores pedagógicos desempenham um papel crucial na execução de projetos escolares, especialmente no que diz respeito à integração de temáticas culturais, como a indígena, no currículo. A seguir, vamos explorar como esses profissionais inserem a temática indígena e desenvolvem projetos temáticos em suas escolas.

C2 comentou: "... nós aproveitamos a consciência negra e englobamos todas as questões raciais, questão indígena, todas as questões em um projeto que temos aqui. Nós trabalhamos uma semana só nessas questões, entendeu? Das leis, do preconceito, da religiosidade, de tudo isso. Aí nós convidamos algumas tribos para fazer apresentações aqui, eles dão depoimentos, a semana completa."

C3 complementou: "Além de ser o nosso principal projeto dentro da escola, este é o projeto que recebe uma ênfase muito grande. Ele vem sendo trabalhado o ano inteiro para culminar agora em novembro porque assim... é a data show, né? É onde dá visibilidade, mas essa temática vem sendo inserida durante todo o ano dentro da escola, dada a importância que ela tem para os povos, principalmente para nós que somos mestiços, né? Dificilmente você acha uma pessoa que não tem a ver com isso."

C1 acrescenta: "Então, é mais trabalhado na disciplina mesmo de história e como eu falei a gente tem um trabalho, tem um projeto anual que ele é desenvolvido uma vez por ano e a culminância é no mês de novembro, que é o projeto da cultura afro-indígena, né, que são os povos originários do Brasil, aí o título é: Raízes Brasileiras, e a culminância é no mês de novembro."

Quando questionado sobre o papel da escola na promoção do respeito e valorização da cultura indígena, C4 respondeu: "Muito importante porque a escola é formadora de opinião. Então, é na medida que a escola passa esse conhecimento, que ele passa a ser mais valorizado também."

C1 comentou: "Com certeza, né. Não só da cultura indígena, como da cultura negra, e dos povos que contribuíram com a formação do povo brasileiro, com certeza."

C3 completou: "Com certeza, porque assim, querendo ou não, eles estão conosco diariamente. Então, é uma vivência, e você fala muito mais dentro de uma vivência do que com

um conteúdo só. Porque na vivência, você vai mostrando como é que você deve se portar diante de determinadas situações e mostrar pra eles que todas as pessoas têm os mesmos direitos, independentemente de raça, cor, religião, de quem ele seja. Direitos são garantias para todos."

C2 finalizou: "Com certeza! Com certeza, porque eu acho que a escola é o ambiente onde eles podem tá desmitificando muita coisa, entendeu? E se não for a escola vai ser a onde? Às vezes ele tem a informação fora e é informação deturpada porque já vem de famílias que têm umas crenças, né, e aí fica repassando a mesma crença e a escola veio justamente pra quebrar esse tipo de crença, né, levar informação verdadeira, levar informação."

Cada coordenador oferece uma perspectiva que reflete a preocupação com o papel da escola na valorização e no reconhecimento das contribuições indígenas e afrodescendentes para a formação dos estudantes.

As falas de C4, C1 e C3 refletem um consenso sobre a importância da escola como um espaço de formação de opinião e combate a preconceitos. O destaque para a função da escola em "desmitificar" crenças e levar conhecimento correto é fundamental em um contexto onde muitas informações podem ser deturpadas fora do ambiente escolar, como observado por C2. Esse ponto enfatiza o papel da escola como mediadora entre o conhecimento popular e o saber formal.

Embora os relatos mostrem um esforço considerável na integração da temática indígena no currículo escolar, há alguns pontos que merecem crítica ou reflexão para que o impacto dessas iniciativas seja mais profundo e efetivo.

Um aspecto problemático é o foco excessivo em eventos pontuais, como a "semana temática" ou a culminância em novembro, destacada por C2 e C3. Esse formato sugere que a valorização da cultura indígena e afro-brasileira ocorre de maneira concentrada e limitada no tempo, quando, idealmente, essas questões deveriam estar permanentemente integradas no cotidiano escolar.

A abordagem de apenas uma semana ou evento anual pode dar a impressão de que esses temas são excepcionais, em vez de contínuos e naturais dentro do currículo.

Pode-se observar uma segmentação Curricular quando C1 menciona que a temática indígena é mais abordada dentro da disciplina de História. Isso aponta para uma visão compartimentada, o que pode ser limitante. As culturas indígenas e afro-brasileiras, assim como seus conhecimentos, deveriam ser trabalhadas de maneira interdisciplinar e transversal, abrangendo outras áreas como geografia, artes, literatura, e até ciências.

Concentrar esse aprendizado em uma única disciplina corre o risco de reduzir a complexidade e a riqueza dessas culturas, além de enfraquecer a formação de uma visão mais abrangente e integrada nos estudantes.

A ênfase de C3 na "data show" e na visibilidade em novembro pode ser vista como uma preocupação excessiva com a aparência pública do projeto, em detrimento de uma reflexão mais profunda sobre a eficácia do processo educativo ao longo do ano. Se a maior parte do esforço está voltada para a culminância de um evento, pode-se questionar se o aprendizado diário e a sensibilização contínua estão realmente sendo priorizados.

A fala de C3 sobre a "vivência" é positiva no sentido de valorizar experiências práticas e cotidianas, mas ao mesmo tempo pode ser criticada por desvalorizar o conhecimento formal e teórico. Embora a vivência seja importante, o conteúdo acadêmico também é essencial para que os alunos compreendam as questões indígenas e raciais de forma mais estruturada e crítica. A combinação dos dois seria ideal, com a vivência reforçando o conteúdo, mas não o substituindo.

A observação de C2 sobre a escola ser o espaço de "desmitificação" de crenças erradas é pertinente, mas subestima a dificuldade dessa tarefa. Combater estereótipos e crenças profundamente enraizadas requer mais do que eventos ou atividades pontuais; demanda uma estratégia pedagógica continuada, que inclua formação de professores, materiais adequados, e diálogo constante com as comunidades envolvidas. Muitas vezes, as escolas não dispõem dos recursos e do preparo necessário para lidar com essas questões de forma eficaz e sensível, o que pode comprometer o impacto esperado.

Embora haja menção à participação de "tribos" em eventos escolares, como mencionado por C2, há pouca referência à participação ativa das comunidades indígenas no processo educativo. Se o objetivo é valorizar essas culturas, é fundamental que os próprios indígenas sejam protagonistas na criação e condução desses projetos, não apenas como convidados ou elementos decorativos de um evento.

A falta de protagonismo indígena pode limitar a autenticidade e o impacto das ações, além de perpetuar uma visão exótica ou marginalizada dessas culturas.

Agora analisaremos as abordagens dos professores entrevistados em relação ao ensino da temática indígena. Ao ser questionado sobre como a temática indígena tem sido trabalhada em sala de aula, P3 comentou: "trabalhando durante todo o ano letivo, quando eu posso tô trabalhando, trabalhando Brasil colônia? Vai abordar a chegada? Trabalhar de forma sempre o quê? Que o aluno reflita, que meu aluno pesquise..."

P2 acrescentou: “Olha, com as turmas que eu trabalho atualmente, a gente não vê muito, né? Não está tá muito no contexto, mas assim, quando a gente vê em projetos, feiras, algo específico de trabalhar na escola no geral, aí a gente entra nesse contexto, e é muito enriquecedor, a questão das pesquisas, de fazer eles conhecerem mesmo, né? O que tá no dia a dia, não só na culinária, dança na música. Então quando eles começam a pesquisar e estudar sobre eles, eles percebem o quanto da nossa realidade está inserido nesses grupos”.

P1 comentou: “Nós temos um projeto anual, inclusive esse vai ser aplicado agora no mês de novembro, que é o ‘Cultura Afro-brasileira e Indígena’. Todo ano a gente trabalha essa temática através de um projeto.”

Quando questionados sobre as estratégias adotadas para desconstruir estereótipos e promover uma visão mais abrangente e respeitosa em relação aos povos indígenas P3 afirmou: “trabalhar mais a questão, não só cultural, como respeito como um todo. Quando você trabalha questão do respeito de forma geral como um todo, durante todo, todos os seus dias.”

P3 continuou: “o meu aluno fez uma fala preconceituosa dentro da sala de aula?! Então eu vou parar que ele momento para trabalhar.”

Para P1, o debate é a melhor forma de quebrar estereótipos: “Eu, particularmente, gosto muito do debate, né? Leva que o aluno ele fale e também do meu ponto de vista, como também aceito o ponto de vista dos alunos, então o debate é a melhor forma.”

Ao serem questionados sobre o papel do professor na formação do respeito e valorização da história indígena em sala de aula, P2 respondeu: “É ensinar mesmo a respeitar né, a entender o processo, a vê o outro com humanidade. A partir desse princípio aí, o resto flui de forma bem melhor...”. P1 complementou: “É instigar mesmo, para que tenha o respeito devido a cultura indígena.”

P3 finalizou: “Nosso papel como professor na verdade, ele é muito importante, porque nós trabalhamos em formação de identidade. Cada, cada um de nossos alunos querendo ou não a gente contribui pra formação da identidade dele.”

P3 concluiu: “...enquanto professor, eu tenho um dever moral, eu tenho uma obrigação moral de quebrar com esteriótipos...Devemos pensar diariamente nas nossas atitudes dentro da sala de aula e muitas vezes, até fora de sala de aula, porque a gente é espelho desses alunos.”

Os relatos dos professores revelam diferentes abordagens e desafios na inserção da temática indígena no currículo escolar. Ao analisar esses depoimentos, algumas questões importantes surgem. A fala de P2, que menciona que a temática indígena só é abordada em

projetos e eventos específicos, evidencia a ausência de uma integração contínua e sistemática no currículo.

Isso reflete uma prática comum em muitas escolas, onde temas importantes como a história e a cultura indígena são tratados de maneira esporádica, geralmente em eventos temáticos, em vez de serem incorporados ao longo do ano letivo como parte fundamental do ensino de história, e em outras disciplinas também.

Embora P2 e P3 mencionem atividades que permitem aos alunos explorar aspectos culturais, é importante observar que tais práticas podem, às vezes, reforçar uma visão folclórica e estereotipada dos povos indígenas.

A cultura indígena não deve ser vista apenas por meio de manifestações artísticas e culturais, mas também através de suas complexidades políticas, históricas e sociais. Focar apenas em elementos mais "visíveis" pode reduzir a percepção da diversidade e riqueza dos povos indígenas e suas lutas contemporâneas.

P3 levanta uma questão crítica ao mencionar que, quando um aluno faz uma fala preconceituosa, ele "para o momento" para lidar com isso. Essa prática de intervenção imediata é extremamente relevante e pode ser eficaz, pois combate o preconceito no momento em que ele ocorre.

No entanto, é necessário que essa desconstrução de estereótipos vá além das reações pontuais. A formação do respeito e a desconstrução de preconceitos precisam ser proativas e permanentes, incluindo discussões regulares, revisões de materiais didáticos e envolvimento constante no desenvolvimento do pensamento crítico.

P1 e P3 mencionam o papel do professor na formação da identidade e do respeito ao "outro com humanidade". No entanto, é preciso questionar se o sistema educacional tem fornecido suporte e recursos suficientes para que os professores consigam efetivamente contribuir para essa formação. A responsabilidade de "quebrar estereótipos" e formar identidades pode recair exclusivamente sobre os professores, mas ela também é uma questão estrutural que requer apoio curricular, materiais pedagógicos adequados e formação continuada para que os docentes se sintam preparados e empoderados para lidar com a temática indígena de forma crítica e inclusiva.

A postura de P1, que enxerga o debate como a melhor forma de quebrar estereótipos, é válida. No entanto, o debate precisa ser bem conduzido, com mediação e preparação adequada, para que seja uma ferramenta realmente eficaz no combate a preconceitos.

É necessário garantir que os alunos tenham uma base sólida de conhecimento para que suas opiniões e pontos de vista não perpetuem ideias equivocadas ou preconceituosas. Apesar das boas intenções, os relatos apontam para a necessidade de uma ação mais sistêmica e planejada no ensino da história e cultura indígena. Não basta que esse tema seja abordado em um projeto anual ou em momentos pontuais de debate.

É fundamental que a educação sobre os povos indígenas faça parte de um esforço maior. Embora haja esforço por parte dos professores, ainda há um longo caminho para garantir que a educação indígena seja tratada com a profundidade, regularidade e respeito.

Para concluir este tópico sobre as etapas da temática indígena, é fundamental finalizar com a perspectiva dos alunos entrevistados, pois eles representam o objetivo final que essa temática deve atingir.

A1 oferece uma perspectiva que mistura compreensão limitada e boas intenções sobre o respeito e a diversidade cultural. No primeiro comentário, ele descreve os povos indígenas como aqueles que “vivem na mata” e menciona suas “vestes”. Essa percepção superficial reflete um estereótipo comum, no qual os povos indígenas são vistos de forma simplificada, como se todos vivessem em áreas isoladas e mantivessem costumes tradicionais.

Essa imagem ignora a diversidade cultural e a presença contemporânea dos povos indígenas em diferentes contextos, inclusive em áreas urbanas. Tal visão sugere que o ensino sobre a temática indígena ainda pode estar preso a representações antigas, sem explorar as realidades atuais e as lutas sociais desses povos.

O aluno relata não ter tido muito contato com indígenas, exceto por algumas poucas interações. Isso reforça o distanciamento que muitas pessoas têm em relação aos povos indígenas, mesmo quando estão próximos geograficamente ou historicamente.

A falta de contato direto pode dificultar a compreensão mais profunda da diversidade e das realidades indígenas. Esse ponto destaca a importância de aproximar os estudantes dessas culturas, seja através de visitas, convites a lideranças indígenas para compartilhar suas vivências nas escolas ou outros tipos de interações que possam quebrar essa barreira de distanciamento.

A1 demonstra reconhecer a importância de estudar a cultura e a história indígena, afirmando que esses povos são “mais deixados de lado” e que deveriam receber “total atenção”. Embora essa compreensão seja louvável, ela parece não se conectar a uma prática concreta em suas aulas, o que sugere que, apesar do reconhecimento da relevância do tema, ele ainda não é suficientemente aprofundado no currículo escolar.

O comentário sobre os indígenas serem deixados de lado também reflete a percepção de marginalização desses povos, o que é uma questão crucial a ser trabalhada na escola.
Em suas respostas finais, A1 enfatiza a importância de aprender sobre outras culturas, como forma de promover o respeito e a valorização da diversidade. Ele reconhece que o estudo da cultura indígena pode ajudar a “trazer muito respeito” e que isso é “muito legal”.

Essa visão positiva demonstra uma abertura para o aprendizado e uma boa predisposição para valorizar a diversidade cultural. No entanto, para que isso seja verdadeiramente eficaz, é necessário que a educação oferecida sobre os povos indígenas vá além do exótico e do distante, apresentando suas realidades contemporâneas e seus direitos.

As respostas de A2 revela uma percepção inicial influenciada por estereótipos, mas com uma tentativa de reconhecer as mudanças e realidades contemporâneas dos povos indígenas.

A resposta inicial evidencia uma visão estereotipada dos indígenas, ao associá-los principalmente com uma aparência “semi-nua” e remetendo a imagens que parecem “desenhadas”. Isso sugere que suas representações dos povos indígenas estão ligadas a noções antigas, muitas vezes reproduzidas por livros didáticos ou pela mídia, que enfatizam a imagem do “índio tradicional”, distante da modernidade.

Essa percepção estereotipada é um reflexo de como os indígenas ainda são representados de forma limitada, sem que suas realidades contemporâneas sejam exploradas em profundidade.

Apesar do estereótipo inicial, o aluno demonstra uma consciência de que essa visão não corresponde totalmente à realidade atual. Ele reconhece que “as coisas se avançaram” e que os indígenas “também têm casas como as nossas”, sugerindo que entende, mesmo que de forma superficial, que os povos indígenas não estão congelados no passado, mas sim integram a sociedade contemporânea.

No entanto, essa visão parece estar em conflito com a imagem inicial que ele descreve, mostrando que há uma luta entre o que ele imagina e o que ele sabe que é mais próximo da verdade.

A2 menciona que nunca teve contato direto com povos indígenas, isso contribui para que as percepções sejam formadas com base em imagens distantes e, muitas vezes, simplificadas.

O fato dele ter familiares que se identificam como “caboclos” ou com raízes indígenas é interessante, mas não parece ter gerado um aprofundamento em sua compreensão sobre a

cultura e a história desses povos, o que pode indicar uma desconexão entre a identidade familiar e a experiência vivida.

A resposta final de A2 afirmando que aprender sobre a cultura indígena pode nos tornar mais respeitosos com as diferenças culturais, é uma afirmação positiva, mas genérica. Ele reconhece que o aprendizado sobre outras culturas pode promover respeito, mas sua fala não demonstra uma reflexão mais profunda sobre como isso poderia ser alcançado.

A simplicidade da resposta sugere que, embora haja uma compreensão básica da importância do tema, falta uma discussão mais crítica sobre as formas de promover esse respeito na prática. O aluno apresenta uma mistura de estereótipos e consciência sobre a importância do respeito à diversidade cultural.

No entanto, a superficialidade de suas respostas e a falta de retenção de conhecimento mais detalhado sobre os povos indígenas indicam que o ensino ainda não foi suficientemente profundo ou impactante para promover uma compreensão robusta e crítica do tema.

Os comentários de A3 também revelam uma percepção positiva em relação aos povos indígenas, mas ainda é limitada e superficial em alguns aspectos. Sua experiência pessoal e o contato escolar com a cultura indígena parecem ter contribuído para uma visão mais aberta, mas suas respostas também refletem a necessidade de um aprofundamento maior.

Quando questionado sobre o que vem à mente ao pensar nos povos indígenas, A3 menciona elementos como “pinturas” e “maneira de viver”, o que sugere que sua visão dos indígenas é bastante associada a aspectos visuais e culturais mais tradicionais e superficiais.

Essa percepção não é incomum e reflete a ênfase culturalista com a qual os indígenas muitas vezes são ensinados nas escolas, priorizando aspectos externos de sua cultura, como vestimentas, rituais ou pinturas corporais, em detrimento de uma compreensão mais complexa sobre suas questões sociais, políticas e históricas.

O fato de A3 ter visitado uma aldeia indígena (Aldeia Kariri) é um ponto positivo. Ele menciona ter gostado bastante da experiência, o que indica que o contato direto com os indígenas contribuiu para uma percepção mais positiva e próxima. Isso destaca a importância de proporcionar aos estudantes experiências concretas que rompam a distância entre eles e os povos indígenas.

Esse tipo de vivência pode ajudar a desconstruir estereótipos e a promover uma visão mais realista e humana dessas comunidades. No entanto, sua resposta sobre o que foi aprendido ou o que mais a impactou não é detalhada, o que pode indicar que a visita foi apreciada mais como uma experiência cultural do que como uma oportunidade de aprendizagem crítica.

Ele demonstra uma compreensão básica da importância dos povos indígenas na história do Brasil, ao afirmar que eles “foram um dos primeiros povos a chegar, assim... que já estavam aqui no Brasil”.

Ele reconhece o papel dos indígenas como os habitantes originários do território brasileiro, o que é um ponto importante, mas sua formulação revela uma certa confusão, misturando a chegada de povos com o fato de que já estavam presentes no território. Isso pode refletir uma abordagem educacional que, embora tenha passado a informação correta sobre a antiguidade dos povos indígenas, não trabalhou de maneira suficientemente clara a complexidade dessa presença histórica.

Na última pergunta, A3 mostra uma percepção de que aprender sobre a cultura indígena pode nos tornar mais respeitosos, especialmente por reconhecer que, apesar das diferenças entre “nossa maneira de viver” e a deles, existem coisas importantes a serem aprendidas com os povos indígenas. Sua resposta aponta para uma abertura ao aprendizado intercultural, valorizando a diversidade.

Esse tipo de atitude é importante, pois demonstra que, mesmo que sua visão ainda seja um tanto superficial, ela já identifica o valor das culturas indígenas e vê o potencial de aprendizado mútuo entre diferentes grupos culturais.

A3 apresenta uma visão aberta em relação aos povos indígenas, mas suas respostas sugerem que essa visão é superficial e carece de maior aprofundamento. A experiência direta com uma aldeia indígena é um ponto forte, mas precisa ser melhor aproveitada pedagogicamente para fomentar uma compreensão mais crítica e ampla.

O ensino sobre os povos indígenas deve ir além dos aspectos culturais tradicionais, abordando questões históricas e contemporâneas de forma contínua e integrada no currículo escolar.

As lacunas precisam ser enfrentadas primeiramente pela Secretaria de Educação, que deve implementar de forma mais eficaz o ensino sobre a temática indígena nas escolas. Durante a pesquisa, observou-se que esse tema era praticamente ignorado ao longo do ano e abordado apenas em novembro, junto com a Consciência Negra.

Essa abordagem é insuficiente, pois tanto a questão afro-brasileira quanto a indígena são amplas e complexas, e reduzi-las a um único projeto anual torna o tratamento superficial. É impossível explorar adequadamente essas culturas em tão pouco tempo. Além disso, verificou-se que as atividades pedagógicas sobre os povos indígenas ainda utilizam representações

ultrapassadas, retratando-os apenas em ocas, com arco e flecha, e vivendo na mata, o que reforça estereótipos e preconceitos.

Embora essa temática esteja prevista nos projetos de portaria do município, sua implementação, como observado, ainda é insuficiente. Não deve depender da vontade do coordenador ou professor para ser abordada; ela é obrigatória.

3.5 História e culturas indígenas em sala de aula - uma proposta

A proposta desta aula tem como objetivo introduzir a temática indígena, oferecendo uma visão inicial sobre o assunto. É importante destacar que essa aula deve ser dividida em partes e a discussão deverá ser aprofundada ao longo do ano, integrando outros tópicos relevantes ao decorrer das atividades.

Plano de Aula – História e culturas indígenas

Ano: 6° ano do fundamental

Duração: 50 minutos

Objetivos:

Compreender a diversidade cultural dos povos indígenas brasileiros;

Refletir sobre a importância dos conhecimentos tradicionais indígenas e sua relevância até os dias de hoje;

Promover o reconhecimento e valorização das comunidades indígenas locais.

Materiais:

Cartaz com imagens (povos indígenas, religião, cultura, arte, culinária, música, comunidade indígena local);

Imagens impressas de indígenas em várias profissões;

Caixa de som.

Desenvolvimento:

1. Introdução

Começar a aula perguntando o que é “índio” para os alunos e ir escrevendo as respostas no quadro.

2. Explicar os termos índio e indígena, em seguida fixar o cartaz no quadro e explicar o que são povos indígenas (quantos são, onde vivem, suas línguas, etc.);
3. Falar sobre a grande diversidade de culturas, tradições, religiões, organização social das comunidades indígenas;

4. Falar resumidamente sobre as formas de expressão artísticas (dança, pintura, artesanato, etc.) trazer um pouco sobre a culinária e música. Levar duas músicas (coral Guarani Tenonderã e uma música do cantor e compositor Gean Ramos Pankararu, disponíveis no YouTube);
5. Falar sobre a comunidade indígena local (suas lutas e seus direitos) usando o mapa do Google maps pra localizar os alunos e as imagens do cartaz;
6. Mostrar imagens de indígenas em várias profissões (médico, modelo, estilista, atriz, jogador, etc.)

Encerramento:

Voltar para as respostas que os alunos deram no início da aula sobre o que era índio para eles e refletir sobre elas depois das novas informações que eles receberam.

Avaliação:

Fazer um desenho sobre o que eles mais acharam interessante da aula e escrever uma frase sobre o indígena.

Essa proposta de aula tem potencial para ser uma boa introdução à temática indígena, ao combinar informações históricas, culturais e locais.

A aula foca na valorização da diversidade cultural dos povos indígenas, busca despertar o interesse dos alunos e propõe uma reflexão crítica. Os objetivos são adequados para a faixa etária, promovendo empatia e respeito pelas culturas indígenas.

A inclusão de indígenas em várias profissões atualiza a percepção dos alunos, quebrando estereótipos e mostrando que a cultura indígena é dinâmica e adaptável.

A presença de imagens, música e mapas torna a aula mais envolvente e multissensorial. Isso ajuda os alunos a visualizarem e ouvirem elementos da cultura indígena, o que facilita a compreensão e a conexão com o conteúdo.

Retomar as respostas dos alunos após a apresentação de novas informações oferece uma oportunidade de reflexão crítica sobre preconceitos e visões simplistas.

Essa aula é um bom começo para trabalhar a temática indígena no ensino fundamental, especialmente se for acompanhado de uma sequência de aulas ao longo do ano, aprofundando temas específicos e abordando a temática com uma visão mais completa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa revela a relevância e a urgência de uma educação que promova o reconhecimento e a valorização das culturas indígenas no contexto escolar. A análise dos relatos da superintendente, professores e alunos permitiu identificar que, apesar de iniciativas individuais para incluir a história e a cultura indígena nas práticas pedagógicas, a abordagem ainda é majoritariamente pontual e baseada em estereótipos, o que limita o potencial educativo e cultural desse tema. Essa constatação aponta para a necessidade de uma reformulação no currículo escolar, que considere a diversidade e a complexidade dos povos indígenas como uma questão transversal e permanente ao longo do ano letivo.

Um dos principais desafios observados é a falta de formação continuada e de materiais pedagógicos adequados para que os professores se sintam preparados e confiantes ao abordar o tema em sala de aula. A pesquisa mostra que alguns educadores se empenham em desconstruir preconceitos e estereótipos, mas que, sem suporte institucional, esses esforços ficam restritos a

ações isoladas e dependem, em grande parte, de suas próprias iniciativas e conhecimentos prévios. Isso demonstra que é fundamental a criação de políticas educacionais que priorizem o ensino da história e cultura indígena como parte integrante do currículo, com o fornecimento de recursos e formação contínua e planejamento adequado.

A proposta de plano de aula apresentada na pesquisa é uma contribuição prática para auxiliar na abordagem inicial do tema, promovendo atividades que valorizem a diversidade cultural indígena e estimulem o interesse dos alunos. No entanto, o plano sugere que o conteúdo sobre os povos indígenas precisa ser trabalhado de forma contínua e crítica, para evitar que a temática se limite a um evento isolado ou a uma visão folclórica e superficial.

Conclui-se que, para que o ensino sobre os povos indígenas cumpra seu papel formador, é necessário que ele seja planejado de forma sistêmica e que inclua perspectivas políticas, sociais e culturais contemporâneas, com uma abordagem que vá além das representações tradicionais. Assim, espera-se que este trabalho possa contribuir para o fortalecimento do debate sobre a necessidade de uma educação mais inclusiva e representativa e para a construção de um ambiente escolar que promova o respeito e o reconhecimento da diversidade cultural presente na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 167 p.

BANIWA, Gersem. **Educação Escolar Indígena no Século XXI**: encantos e desencatos. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019. 296 p.

BRIGHENTI, Clóvis Antônio. Movimento indígena no Brasil. **Ensino (d)e História Indígena**, Belo Horizonte, v. 6, n. 6, p. 128-170, mar. 2015.

BRASIL. Brasília, 10 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 02 mar. 2023.

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa**: escolhido entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

FANELLI, Giovana de Cássia Ramos. **A Lei 11.645/2008**. Curitiba: Appris, 2021.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑÓN, Ana. **A temática indígena na escola**. São Paulo: Contexto, 2010.

FREITAS, Itamar. **A experiência indígena e o ensino de história**. Rio de Janeiro: Fgv, 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

SILVA, Aracy da; GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi. **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SILVA, Nayane. **O índio no romantismo brasileiro**: uma análise de O guarani, de José de Alencar, e I-Juca Pirama, de Gonçalves Dias. 2018. 41 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Linguagens, Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, 2018.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 1-20, 24 jul. 2009. História Oral. http://dx.doi.org/10.51880/ho.v5i0.47. Disponível em: https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47/39. Acesso em: 06 abr. 2024.

WITTMANN, Luísa Trombini (org.). **Ensino(d)e história indígena**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

APÊNDICE A - ENTREVISTA S 1

Edjane: Posso começar, né?

Entrevistado 6: Sim, fique à vontade!

Edjane: É... Primeira pergunta: Você tem conhecimento sobre a Lei número 11.645 de 2008 que determinou a inclusão da história e das culturas dos povos indígenas nos currículos da educação básica?

Entrevistado 6: sim, claro! Nós temos conhecimento e inclusive nós montamos nosso referencial curricular e acrescentamos como parte do currículo e todas escolas são contempladas essas atividades

Edjane: Na sua visão qual a importância de incluir a história indígena nos currículos escolares?

Entrevistado 6: Total importância, né... é...Toda nossa cultura, né, uma boa parte da nossa cultura advém da cultura indígena, né, são os povos que habitavam aqui, então e nós temos recebidos também nas escolas a questão dos indígenas e pra se perpetuar isso não perder essa cultura é de fundamental importância

Edjane: E em relação a implementação dessa lei nas escolas do município, quais são os principais desafios enfrentados?

Entrevistado 6: Então, primeira coisa que a gente (inaudível) ...Já que é o governo do Estado responsável pela questão da inclusão da escola indígena, o responsável que responde por essa parte é o governo do Estado, mas nós colocamos no referencial, no nosso referencial curricular que foi implementado na rede desde o ano passado e foi feita com a contribuição de coordenadores, professores, gestores, então todo mundo ficou ciente e fazendo acontecer de forma significativa no município e nas escolas municipais também essa atividade.

Edjane: certo. É, você acredita que a disponibilidade suficiente de subsídios didáticos sobre essa temática para os professores?

Entrevistado 6: Ainda não, creio que a gente precisaria de mais embasamento teórico sim.

Edjane: É... Como essa temática tem sido considerada nos currículos escolares nas ações educacionais do município quais são as iniciativas?

Entrevistado 6: (inaudível) Já que ela é abordada nós temos projetos, projetos que tratam sobre essa, essa, essa temática que acontece todos os anos em todas as escolas municipais

Edjane: E na sua percepção a inclusão da história indígena nos currículos tem sido efetiva nas escolas do município?

Entrevistado 6: Ainda não, nos precisamos fazer isso de forma... Nós precisamos garantir esse direito a educação indígena de forma mais efetiva, é por isso que implantamos no nosso referencial curricular pra que ela tenha mais embasamento pra que haja mais informação para os professores pra que eles sejam melhores e tenha esse direito garantido e essa aprendizagem garantida dentro das escolas.

Edjane: É, a valorização da cultura indígena e a promoção do respeito a diversidades são pilares fundamentais na educação

Entrevistado 6: Sim

Edjane: Inclusiva,

Entrevistado 6: Sim

Edjane: Como é que a secretaria tem trabalhado em parceria com as comunidades indígenas locais?

Entrevistado 6: Então, novamente eu vou voltar a dizer pra você. O, a...na...a nossa, a educação municipal não é a responsável pela educação indígena, nos colocamos e contemplamos porque entendemos que a inclusão é para todos, é nós colocamos com esse desejo de acolher essas pessoas mas, a quem faz as visitas às aldeias no caso (inaudível) quem fica responsável (inaudível) já tem uma escola indígena, é o governo do Estado que responde e que eu soube ontem na conferência de educação, que está sendo implantada, vai ser realizada outra escola para atendimento da educação indígena, voltada para a educação indígena aqui no município

Edjane: Maravilha! Agora a última pergunta. É, você já falou né, mas eu vou fazer mais uma vez: Quais ações práticas tem sido planejadas para garantir que a história indígena seja tratada de forma mais significativa nas escolas do município?

Entrevistado 6: É isso que eu já falei, a gente realiza através de projetos...(Inaudível) nesse projetos a gente trabalha a cultura, a história do povo indígena, a importância dos indígenas pra nossa comunidade, o respeito a essa cultura, o acolhimento a esses indígenas é dessa forma que a gente tem feito. Mas ela acontece de acordo com os projetos que nós realizamos pela nossa portaria, que são sete projetos e trabalhar a cultura indígena, a cultura negra, a inclusão, a mulher, tudo isso tá dentro do nosso projeto.

Edjane: Brigada, viu

AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA

Eu, Maria Angela de O. Carvalho, abaixo assinado, concedo meu consentimento para participar de uma entrevista com fins acadêmicos a ser conduzida por EDJANE ALMEIDA DE BRITO, doravante referido como "Entrevistador", como parte de seu projeto de pesquisa intitulado "Ensino de História Indígena na Educação Básica de Paulo Afonso - Ba".

Detalhes da Entrevista:

- **Objetivo da Entrevista:** A entrevista tem o objetivo de contribuir para o trabalho acadêmico mencionado acima, que está sendo realizado por Edjane Almeida de Brito, estudante do curso de licenciatura plena em História na Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão.

Uso das Informações:

Entendo que as informações obtidas durante a entrevista serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos relacionados ao projeto de pesquisa. Eu, Entrevistado, autorizo o Entrevistador a gravar em áudio todas as nossas interações relacionadas ao Projeto de Pesquisa mencionado acima. Estou ciente de que estas gravações serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos, incluindo análise e transcrição. E que não serão divulgadas ou compartilhadas publicamente.

Confidencialidade: Estou ciente de que todas as informações fornecidas por mim durante a entrevista serão tratadas com confidencialidade e serão usadas de forma anônima ou pseudônima no trabalho acadêmico, a menos que eu autorize expressamente a divulgação de minha identidade.

Assinaturas:

Por meio desta, declaro que li e entendi os termos desta autorização e concordo em participar da entrevista conforme descrito acima.

Entrevistado:

Maria Angela de O. Carvalho 19/10/23

APÊNDICE B - ENTREVISTA P 1

Edjane: Bom dia! Vamos começar a entrevista, dia 18 de outubro de 2023, com a professora Sicleide. A primeira pergunta: Você conhece a Lei número 11.645 de 2008 que determinou a inclusão da história e das culturas dos povos indígenas nos currículos da educação básica?

Entrevistado 5: Sim!

Edjane: Conhece? Na sua opinião qual a importância de incluir a história indígena nos currículos escolares? Como isso pode contribuir para a formação do aluno?

Entrevistado 5: Sim, conhecer essa lei é de suma importância até porque, os indígenas foram os primeiros, né, habitantes do nosso país e que nos deixaram grandes contribuições que perduram até hoje.

Edjane: É, como você tem trabalhado essa temática em sala de aula?

Entrevistado 5: É... Nós temos, né, também um projeto anual, inclusive esse vai ser aplicado agora no mês de novembro que é o cultura afro-brasileira indígena, todo ano a gente sempre trabalha essa temática através de um projeto.

Edjane: Você enfrenta desafios específicos ao abordar a história indígena em suas aulas?

Entrevistado 5: Sim, porque ainda demanda muito material. Por exemplo, agora que nós vinhemos ter acesso a um slide próprio na nossa escola. Você sabe que nossa escola passa por um problema financeiro que perdura já uns 10 anos aí, então assim, não chega verbas pra nossa escola, aí então esses é um dos embates.

Edjane: Você tem adotado alguma estratégia para desconstruir estereótipos e promover uma visão mais abrangente e respeitosa em relação aos povos indígenas?

Entrevistado 5: Repita.

Edjane: Você tem adotado alguma estratégia para desconstruir estereótipos? Às vezes na sala de aula tem muitos alunos que pensam assim... (Sobreposição de vozes)

Entrevistado 5: Eu particularmente gosto muito do debate, né, leva que o aluno ele fale e também dou meu ponto de vista como também aceito ponto de vista dos alunos, então o debate é a melhor forma, né, trazer notícias também é uma ótima estratégia pra poder é... solucionar esses embates.

Edjane: Você tem tido acesso a materiais didáticos e recursos de qualidade sobre o tema?

Entrevistado 5: Ainda não! O que a gente consegue, a gente tem que ir em busca mesmo, né, pesquisar ir para internet, de fácil acesso não é.

Edjane: Agora a última pergunta: Na sua opinião qual o papel do professor na promoção do respeito à diversidade cultural e na valorização da história indígena na sala de aula?
Entrevistado 5: Ah, é de instigar mesmo para que tenha o... o respeito devido à cultura indígena.
Edjane: Obrigada, viu.
Entrevistado 5: Só?

AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA

Eu, Sucleide Gomes da Silva, abaixo assinado, concedo meu consentimento para participar de uma entrevista com fins acadêmicos a ser conduzida por EDJANE ALMEIDA DE BRITO, doravante referido como "Entrevistador", como parte de seu projeto de pesquisa intitulado "Ensino de História Indígena na Educação Básica de Paulo Afonso - Ba".

Detalhes da Entrevista:

- **Objetivo da Entrevista:** A entrevista tem o objetivo de contribuir para o trabalho acadêmico mencionado acima, que está sendo realizado por Edjane Almeida de Brito, estudante do curso de licenciatura plena em História na Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão.

Uso das Informações:

Entendo que as informações obtidas durante a entrevista serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos relacionados ao projeto de pesquisa. Eu, Entrevistado, autorizo o Entrevistador a gravar em áudio todas as nossas interações relacionadas ao Projeto de Pesquisa mencionado acima. Estou ciente de que estas gravações serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos, incluindo análise e transcrição. E que não serão divulgadas ou compartilhadas publicamente.

Confidencialidade: Estou ciente de que todas as informações fornecidas por mim durante a entrevista serão tratadas com confidencialidade e serão usadas de forma anônima ou pseudônima no trabalho acadêmico, a menos que eu autorize expressamente a divulgação de minha identidade.

Assinaturas:

Por meio desta, declaro que li e entendi os termos desta autorização e concordo em participar da entrevista conforme descrito acima.

Entrevistado:

Sucleide Gomes da Silva 18/10/2023

APÊNDICE C - ENTREVISTA P 2

Edjane: vamos começar a entrevista, dia 13 de novembro de 2023. A primeira pergunta é: você conhece a Lei número 11.645 de 2008, que determinou a inclusão da história das culturas dos povos indígenas nos currículos da educação básica?

Prof: Sim, inclusive a gente já discutiu bastante isso em cursos e eu acho muito importante o conhecimento, porque até trabalhado em sala de aula mesmo com os alunos, porque muitos não conhecem, né, a Lei nem os direitos, e aí quando a gente explica a questão da Lei, dos direitos, do aprender da cultura, né, que cultura não é só a que vem de fora, cultura não é só externa, cultura não é só o que está longe, cultura está muito mais próxima. E quando a gente trabalha comunidades quilombolas ou comunidades que está perto mesmo, a cultura indígena, né, então os alunos começam a entender que cultura não só é diferente cultura está muito mais próximo deles do que eles imaginam.

Então a gente mora em uma região também que tem muitos grupos né, então é é nesse contexto, e aí conhecer um pouquinho e saber dos seus direitos e saber que é lei e que faz parte do currículo é muito importante, porque antigamente não se estudava, antigamente a história era voltada pra classe elitista né, voltada mais para uma história global geral e não das pequenas classes dos oprimidos, digamos assim.

E aí a Lei traz essa obrigatoriedade e é muito importante pro ensino e o estudo também.

Edjane: Na sua opinião (risadas)

Edjane: Na sua opinião, qual a importância de incluir a história indígena nos currículos escolares? Como essa abordagem pode contribuir pra formação dos alunos?

Prof: como eu já estava falando mesmo anteriormente, a questão da Cultura mesmo, né. Quando a gente vai debater conteúdos em sala de aula os alunos ficam até surpresos é alguns não todos né, mas alguns ficam surpresos quando a gente usa pequenas coisas que está próximo deles mesmo, para debater Cultura, conhecimentos gerais conhecimentos específicos de um povo de um grupo, e aí é é debater esses conteúdos é bastante importante. Só o finalzinho mesmo da pergunta que me fugiu aqui

Edjane: Como isso pode contribuir para a formação dos alunos?

Prof: Ah, é a questão da inclusão mesmo, né, a inclusão desse conteúdo é importante.

Edjane: E como você tem trabalhado a temática indígena na sala de aula?

Prof: Olha, com as turmas que eu trabalho atualmente a gente não vê muito né, não tá muito no contexto, mas assim, quando a gente vê em projetos, feiras, algo específico de trabalhar na

escola no geral, aí a gente entra nesse contexto e é muito enriquecedor, a questão das pesquisas, de fazer eles conhecerem mesmo né, o que tá no dia a dia, não só culinária, na dança, na música, então quando eles começam a pesquisar e a estudar sobre eles percebem o quanto da nossa realidade né, está inserido esses grupos, porque os alunos pensam que a cultura só é coisas de fora e não e a gente tem que tá...tá na nossa realidade né, na nossa cultura, na nossa vivência do dia a dia, uma comida que a gente come, uma música que a gente escuta, uma dança.

Edjane: Você enfrenta desafios específicos ao abordar a história indígena em sala de aula?

Prof: Eu acho que o preconceito por parte de alguns alunos né, existe infelizmente existe preconceitos, como existe em todas as classes quando a gente fala da questão do negro também, quando a gente fala de grupos quilombolas e aí o indígena não é diferente existe sim um pouquinho de preconceito mesmo de...eu diria de...negar um pouco né, fugir um pouco, achar que a história está um pouco distante, existe infelizmente existe sim, e aí a gente tem que trazer para a realidade e explicar, desmistificar né, essas questões com os alunos.

Edjane: É,você tem adotado alguma estratégia para desconstruir estereótipos e promover uma visão mais abrangente e respeitosa em relação aos povos indígenas?

Prof: é muito importante fazer isso, né, é quando a gente fala em desmistificar isso aí, é tirar isso do aluno eu, eu, eu gosto de fazer inserir todos os grupos, todos os contextos, porque às vezes existe um preconceito, discriminação a separação né, eu tenho alunos indígenas, e aí eu percebo que às vezes os colegas agem de forma diferente, ah os índios... ah não sei o quê. Eu falei, gente a gente tá numa sala misigenada, a gente tem branco, negro, tem todos os grupos e aí não dá pra você separar o colega por causa de uma etnia né, que é muito comum. É a mesma coisa da questão da religião, a gente não vai parar de falar com o outro porque o outro tem outra religião, então a gente tem que aprender a viver em grupo e aí eu sempre trabalho com os meus alunos a questão do respeito eu não sou obrigado a entender como o outro vive a aceitar que o outro faz isso ou aquilo por que isso não me convém, existe formações de famílias diferentes, existe grupos familiares diferentes, que ensinam isso pro seus filhos de formas diferentes, mas o que eu digo para os meus alunos vocês têm que aprender a respeitar não é porque não é a sua realidade que você não vai respeitar. A partir do momento que a o respeito a convivência né, acontece e aí quando... Isso acontece mais com alunos maiores, eu acho que assim... a questão do preconceito, dessa separação, com os alunos menores é mais fácil não existe tanto isso, agora quando eles vão crescendo, eles vão acabando é, como é que eu digo... Eles vão acabando, passando a frente né, o que vão aprendendo, infelizmente.

Edjane: você tem tido acesso a materiais didáticos e recursos de qualidade sobre o tema?

Prof: sim! Os próprios livros didáticos hoje em dia já trazem a temática de forma mais abrangente, discussões, pesquisas né, textos que dá para gente debater e a gente pode trazer propostas também da internet, vídeos, enfim... documentários pra discuti, pra vê com eles, mas os livros didáticos hoje em dia mesmo tá...tá bem melhor que os livros de antigamente. Quando a gente para... Quando eu me formei mesmo a gente tinha o processo de estudar algumas questões do livro didático e a gente discutia na sala de aula e a gente levava livros pra discuti, a gente vê que era totalmente diferente no tempo que eu estudei e me formei pros livros didáticos de hoje em dia, já vinha uma mudança mas essa mudança atual ela é bem melhor, assim, os livros eles estão melhorando bastante

Edjane: É a última pergunta: Na sua opinião, qual é o papel do professor na promoção do respeito à diversidade cultural e na valorização da história indígena em sala de aula?

Prof: É a questão do... Do que você acabou de falar na pergunta (risadas) é basicamente a resposta. É ensinar mesmo a respeitar né, a entender o processo, a vê o outro com humanidade, eu acho que a pessoa tem que aprender a respeitar e ver o outro com humanidade a partir desse princípio aí o resto flui de forma bem melhor, né, a partir do momento que eu respeito o outro eu procuro entender ele e a gente consegue viver bem melhor e é isso que eu tento passar para os meus alunos, né, respeitar o espaçinho do outro, respeitar o colega como o outro vive e aí vai dando certo (risadas)

Edjane: Brigada, viu

Prof: Por nada

AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA

Eu, Josefa Francielly N. Araujo
_____, abaixo assinado, concedo meu consentimento para participar de uma entrevista com fins acadêmicos a ser conduzida por EDJANE ALMEIDA DE BRITO, doravante referido como "Entrevistador", como parte de seu projeto de pesquisa intitulado "Ensino de História Indígena na Educação Básica de Paulo Afonso - Ba".

Detalhes da Entrevista:

- **Objetivo da Entrevista:** A entrevista tem o objetivo de contribuir para o trabalho acadêmico mencionado acima, que está sendo realizado por Edjane Almeida de Brito, estudante do curso de licenciatura plena em História na Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão.

Uso das Informações:

Entendo que as informações obtidas durante a entrevista serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos relacionados ao projeto de pesquisa. Eu, Entrevistado, autorizo o Entrevistador a gravar em áudio todas as nossas interações relacionadas ao Projeto de Pesquisa mencionado acima. Estou ciente de que estas gravações serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos, incluindo análise e transcrição. E que não serão divulgadas ou compartilhadas publicamente.

Confidencialidade: Estou ciente de que todas as informações fornecidas por mim durante a entrevista serão tratadas com confidencialidade e serão usadas de forma anônima ou pseudônima no trabalho acadêmico, a menos que eu autorize expressamente a divulgação de minha identidade.

Assinaturas:

Por meio desta, declaro que li e entendi os termos desta autorização e concordo em participar da entrevista conforme descrito acima.

Entrevistado: Josefa Francielly N. Araujo.
31/11/2023

APÊNDICE D - ENTREVISTA P 3

Edjane: vamos começar a entrevista, dia 14 de novembro de 2023. A primeira pergunta é: você conhece a Lei número 11.645 de 2008, que determinou a inclusão da história das culturas dos povos indígenas nos currículos da educação básica?

Prof: sim, inclusive, tenho um artigo escrito sobre essa lei, só nunca publiquei o artigo, mas já gosto muito dela, pesquiso muito. Sempre na semana consciência negra gosto de trabalhar e reforçar com os alunos. Não só na semana da consciência negra, porque a lei já vem pra isso, não é trabalhar só o vinte de novembro, dia da consciência negra, porque ela vem pra acrescentar o (inaudível) indígena, ela acrescenta isso, que vem substituir a lei dez mil, e essa temática tanto, é... da cultura afro-brasileira, como indígena, trabalha durante todo ano letivo, a lei vem pra isso e não ficar a cargo apenas do professor de história.

Edjane: na sua opinião, qual a importância de incluir história indígena nos currículos escolares? Como isso pode contribuir para formação dos alunos?

Prof: Vem contribuir, que nem eu falei na pergunta anterior, pra que não fique apenas a, o dia do indígena lá no... É... 19 de abril, não... (inaudível) eu devo trabalhar o ano inteiro e é uma forma que nem lá vem a questão, né, de reparação, de você repensar cultura, é uma forma de revalorização, preciso valorizar essa cultura, eu preciso quebrar esteriótipos, os esteriótipos devem ser quebrados em sala de aula, trabalhando desde educação infantil, quando o aluno ingressa na escola. Qual o problema do preconceito? O preconceito ele vem sendo reproduzido, pra eu quebrar com o preconceito, pra quebrar com os esteriótipos, eu devo trabalhar na escola, não trabalhar o dia específico, trabalhar durante todo ano letivo de forma interdisciplinar com todas as disciplinas.

Edjane: É... Como você tem trabalhado a temática indígena em sala de aula?

Prof: Trabalhando durante todo ano letivo, quando eu posso, tô trabalhando um conteúdo, trabalhando Brasil colônia, vai abordar a chegada, trabalhar de forma sempre o quê?! Que o aluno reflita, que meu aluno pesquise, eu, eu sempre gosto muito de pedir para que eles refaçam a carta Pedro Vaz de Caminhas, quando eu tô fazendo Brasil colônia. A carta Pedro Vaz de Caminha, de Caminha na verdade, ele chega, aí começa a relatar pro de rei Portugal como é a imagem do indígena, eu gosto que eles façam essa carta, eles estão escrevendo para o rei de Portugal, porque depois eles vão ver, e refazer novamente, depois que a gente discute os esteriótipos tendo a carta. Como é que a carta tá trazendo o indígena? Mas será que era daquela

forma mesmo? Que eles eram. A forma que ele mostra o ouro, como queria contar, então, dentro dessa carta a gente vê que Péro Vaz de Caminha, na verdade eu falei errado, Pero Vaz de Caminha, ele queria mostrar algo ao rei de Portugal, ele tinha uma intenção ali. O aluno ele refaz e acaba entendendo que tem alguns preconceitos que às vezes ele acaba reproduzindo, eu gosto sempre de citar, não trabalho com educação infantil, mas já trabalhei, é... Qual a imagem que a gente tem? Por que eu vou pintar o meu aluno? (Inaudível) Como é que eu tô reproduzindo o, o indígena brasileiro? Eu tô reproduzindo aquele indígena do tempo colonial? O indígena de hoje? Como é que eu tenho que trabalhar com os meus alunos? Muitas vezes a gente diz: ah, essas questões fica só na área acadêmica, num dá pra trazer pra sala de aula. Mas dá pra trazer, e a gente sempre, é o que falo, a gente tem que quebrar com esteriótipos, quebrar com alguns preconceitos que vêm sendo reproduzido ao longo da história.

Edjane: Você enfrenta desafios específicos ao abordar a história indígena em suas aulas?

Prof: Desafios específicos não. Mas ainda tem aquela imagem de que pra ser, pra ser indigna, é... Você tem que tá, tipo, índio colonial, indígena colonial, tem que tá nas matas, tem que tá sem roupa. E sempre quando eu falo pros meus alunos: olhe, indígena não é isso. E Paulo Afonso por ser uma região que tem é... Comunidades indígenas, não tanto, mas em outras escolas já percebi isso, fora de Paulo Afonso. Como eu sou de outra cidade que ainda tinha aquela imagem. Paulo Afonso não tanto porque quando você vai na sala de aula, têm alguns alunos que têm descendência indígena, mas eles ainda tem uma forma de um preconceito, a questão cultural, as questões físicas do aluno, sua aparência física, que sempre a gente deve tá abordando em sala de aula, porque nós vivemos numa sociedade heterogênea, ninguém é igual a ninguém, ninguém é parecido, é igual e esse termo de igualdade é só perante a lei, e a gente devemos aceitar cada um de nós da forma que nós somos e os nossos colegas também, o respeito, as culturas, as tradições. Eu penso que as escolas deviam trabalhar mais isso, o respeito, a cultura, as tradições, o aceitamento que os alunos aceitem isso e entenda a importância para nós, porque nós somos essa sociedade diversa, diferente, isso que nos diferentes, isso é o que nos torna especiais.

Edjane: Você tem tido acesso a materiais didáticos e recursos de qualidade sobre o tema?

Prof: Sim! Eu tenho tendo, porque eu gosto muito de pesquisar, aí como eu fiz uma pós também que querendo ou não, voltava para questão afro-brasileira, aí tive material,é... eu gosto de fazer alguns cursinhos online, aí querendo ou não, aboorda, aí dá pra pesquisar. Porém, eu acho que ainda a nossa educação brasileira tá fraca em relação a lei onze mil, porque quando as escolas vão trabalhar, querendo ou não, ainda deixa para o dia do indígena, querendo ou não, é muito

superficial, acaba reproduzindo estereótipos, ou deixa para o vinte de novembro, quando vai pensar o projeto do vinte de novembro, lá para consciência negra, aborda para consciência negra, querendo ou não, a carga maior é do professor de história e isso não deve acontecer. Penso eu que deveriam fazer mais formação continuada para os professores e formações que voltem para isso que é a lei onze mil, como trabalhar a lei onze mil, a lei onze mil na prática não está sendo trabalhada, ela tá no papel, porque em prática, deixa a cargo do professor de história, nós professores de história devemos trabalhar, é nossa responsabilidade trabalhar, mas o demais professores também, é obrigatoriedade do ensino, da cultura afro, e da cultura indígena na sala de aula e não deve ficar sobrecarga, essa carga sobre nós e sim todos campos dos saberes e não deixar para datas específicas. Ainda está em datas específicas, no nosso calendário e ainda está sendo reproduzida de forma preconceituosa. O que é, o que é esse dia? Na verdade o dia do índio, porque até o termo índio, o que é esse termo índio? Por que algumas pessoas se recusam a falar esse termo índio? Por quê? O meu aluno tem que saber isso. O meu aluno ele tem que entender "o que é ser indígena?", "por que alguns têm vergonha da sua origem?" "Eu devo ter vergonha da minha origem?", " o que é isso?". Então, tá... Quando ela é trabalhada, tá trabalhada de forma errada. A maioria das escolas me desculpem, mas quando você deixar pra trabalhar alguma coisa, a questão indígena apenas no dia do índio, que eu nem gosto desse termo, tá errado. Quando eu vou lá para o final do ano e pego o trabalho da consciência negra, só o vinte de novembro é que eu vou falar, vou fazer um projeto na escola? Tá errado! Aí eu chamo o professor de história, mando ele pensar um projeto junto da coordenação, tá errado! Não é assim. Aí se eu for fazer algum coisa, algum projeto, não posso deixar a cargo do professor de história, tem que chamar professor de matemática, tem que chamar professor de biologia, de... Dos outros campos do saber, sentar e pensar, não deve ser jogada apenas para o professor de história. E outra coisa, eu não posso deixar pro vinte de novembro, eu não posso deixar pro dezenove de abril, é... E o professor na sua prática diária em sala de aula, dá pra trabalhar, dá pra pensar e também formação continuada ela não se dá apenas no, na jornada, em alguma palestra, a formação continuada pode se dar na sala dos professores, quando eu troco experiência com os meus colegas durante todo o dia, um curso que eu faço, um livro que vou ler. Ah, que está acontecendo agora a guerra lá, entre Israel e o Hamas, eu quero aprender mais algo. Então, possa acontecer no individual nas minhas pesquisas ou no coletivo, quando dois colegas falando, dialogando, formação continuada pode ser agora isso que a gente tá fazendo, a gente conversando, eu posso trocar algum tipo de experiência com você e você pode me dar algo, falar algo, a gente tá tendo formação continuada. Nossa profissão de professor é uma

formação continuada constante, é... Nós somos um ser inacabado, procurando esse aperfeiçoamento, esse inacabamento que nunca vai chegar, porque a gente sempre tem algo a aprender, eu nunca sei tudo, eu sempre posso aprender algo novo e essa questão do aprender é interessante que essa fome de aprendizagem é o que a gente tem que passar pro nosso aluno, se eu não instigo a isso, ele não vai gostar de estudar, o... O hábito de vir pra escola é chato, tá vindo, mas se eu ensino a ele, eu passo pra ele um entusiasmo que é bom ler, que é bom aprender, ele vai gostar de vir pra escola e aprender cada vez mais.

Edjane: Você tem adotado alguma estratégia para desconstruir estereótipos e promover uma visão mais abrangente e respeitosa em relação aos povos indígenas?

Prof: Trabalhar mais a questão não só cultural, como respeito como um todo. Quando você trabalha a questão do respeito de forma geral como um todo, durante todo... todos os seus dias. Já tive a oportunidade de trabalhar com ensino religioso que eu também gosto muito, trabalhar com ensino religioso, geografia, história, são disciplinas, querendo ou não, elas dialogam, têm um diálogo entre si, você acaba que quando você fala de respeito, como um geral, respeito à cultura, respeito a tradição, você acaba quebrando com estereótipos, quebrando com preconceitos, com visões errôneas e lei vem pra isso. Eu devo trabalhar, não tipo a questão indígena, trabalhar no dezenove de abril? Não! Questão afro-brasileira apenas no vinte de novembro? Não!

Eu tô trabalhando o conteúdo, dá pra encaixar, dá pra trabalhar, dá pra trazer abordagem. O meu aluno fez uma fala preconceituosa dentro da sala de aula, então eu vou parar aquele momento para trabalhar. Tão falando do cabelo de algum aluno (inaudível). Que eu tenho alunos que têm aquele cabelo mais indígena, o olhinho, tão falando de uma forma preconceituosa, então vou parar um momento da minha aula e vou falar. Então, trabalhar a lei 11645/2008, não é eu trabalhar um dia específico específico, não é eu trabalhar também... Ah, vou trabalhar dentro desse conteúdo, não. Eu tô... aconteceu alguma situação na sala de aula, no colégio, eu vou levar pra coordenadora: ó, acho que dá pra gente pensar um projeto dessa forma porque eu vi que meu aluno, é... Eles tão com uma fala que não é condizente, é preconceituosa, então,a gente pode pensar maneiras de dialogar com outras disciplinas e com outros campos dos saberes e trabalhar essa lei. Eu só vou quebrar os estereótipos, só vou quebrar essa visão preconceituosa, se eu não pensar em caixinhas específicas, só na caixinha da história, só na caixinha de geografia, é... Se eu tô trabalhando ensino religioso, eu vou trabalhar essas religiões, então as tradições religiosas , como elas vêm sendo transmitidas, eu tenho que pensar fora da caixinha, tenho pensar de maneira, que aborde ou que eu vou buscar , vou dialogar com

outros campos dos saberes e trabalhar durante todo o ano letivo, que a todo momento, porque a todo momento , querendo ou não, a gente pode pegar uma fala de um aluno , alguma postura que ele teve e abordar, trabalhar.

Edjane: Agora a última pergunta: Na sua opinião, qual o papel do professor na promoção do respeito à diversidade cultural e na valorização da história indígena em sala de aula?

Prof: O nosso papel como professor na verdade, ele é muito... é importante, porque nós trabalhamos em formação de identidade. Cada... Cada um de nossos alunos, querendo ou não, a gente contribui pra formação da identidade dele. Nós quando professores, quando a gente para um pouco, nossos professores do fundamental um, do fundamental dois, da faculdade, do ensino médio, querendo ou não, a gente pegou algo deles, pra nossa identidade, pra nossa... pra nossa construção de identidade e a gente tá ajudando a construir cidadãos e a construção da identidade deles. E quando a gente vai trabalhar é... a lei onze mil, é importante, porque a gente tá contribuindo para que acabe preconceitos, acabe com estereótipos, para que eles não venham sendo reproduzidos. A maioria dos problemas da nossa sociedade atual de machismo, de... de feminismo, assim, de pessoas que é contra o feminismo, que pratica atitudes erradas contra a mulher, de pessoas preconceituosas contra a questão indígena, em relação a questão indígena, em relação a questão negra , é... é... da negritude como um todo, é porque vem sendo reproduzido, o patriarcalismo ele vendo sendo reproduzido lá dos tempo colonial, então minha... mi... é... eu enquanto professor, eu tenho um dever moral, eu tenho uma obrigação moral de quebrar com estereótipos e dentro da sala de aula, esse papel. Quem trabalha com criança, tá trabalhando com criança já da sua formação. Se eu tô trabalhando com adolescente, eu tô trabalhando com adolescente na construção da identidade desse adolescente, vai refletir no seu comportamento lá fora da escola, vai refletir seu comportamento dentro da sala de aula, vai refletir seu comportamento lá na sociedade, mais a frente ou agora como todo. Então, o meu papel como professor é ajudar nessa formação, nessa construção de identidade desses alunos. Se meu aluna toma, faz uma atitude errada, tem uma fala errada e eu deixo, vai reproduzir nos estereótipos, vai reproduzir nos preconceitos, seja aqueles estereótipos em relação ao machismo do homem, da que vem se reproduzindo, lá desde o patriarcalismo, seja na questão indígena, seja na questão da cultura afro-brasileira, o preconceito contra o negro, se eu permito isso, eu vou reproduzir, meu aluno vai reproduzir preconceito. Então, qual é meu papel enquanto professor, enquanto educador, enquanto mediador da aprendizagem? Vai refletir no meu aluno com certeza. Então, a gente tem o papel primordial, o aluno muitas vezes ele se espelha no professor, ele tem um... um professor que ele goste, tem professor que ele i... que é ídolo dele

e vai refletir. Então se a gente é, a gente ajuda nessa construção de identidade, devemos pensar diariamente as nossas atitudes dentro da sala de aula e muitas vezes, até fora de sala de aula, porque a gente é espelho desses alunos.

Edjane: Muito obrigada!

AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA

Eu, Edmunda Gonçalves de Jesus.
_____, abaixo assinado, concedo meu consentimento para participar de uma entrevista com fins acadêmicos a ser conduzida por EDJANE ALMEIDA DE BRITO, doravante referido como "Entrevistador", como parte de seu projeto de pesquisa intitulado "Ensino de História Indígena na Educação Básica de Paulo Afonso - Ba".

Detalhes da Entrevista:

- **Objetivo da Entrevista:** A entrevista tem o objetivo de contribuir para o trabalho acadêmico mencionado acima, que está sendo realizado por Edjane Almeida de Brito, estudante do curso de licenciatura plena em História na Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão.

Uso das Informações:

Entendo que as informações obtidas durante a entrevista serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos relacionados ao projeto de pesquisa. Eu, Entrevistado, autorizo o Entrevistador a gravar em áudio todas as nossas interações relacionadas ao Projeto de Pesquisa mencionado acima. Estou ciente de que estas gravações serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos, incluindo análise e transcrição. E que não serão divulgadas ou compartilhadas publicamente.

Confidencialidade: Estou ciente de que todas as informações fornecidas por mim durante a entrevista serão tratadas com confidencialidade e serão usadas de forma anônima ou pseudônima no trabalho acadêmico, a menos que eu autorize expressamente a divulgação de minha identidade.

Assinaturas:

Por meio desta, declaro que li e entendi os termos desta autorização e concordo em participar da entrevista conforme descrito acima.

Entrevistado: Edmunda Gonçalves de Jesus.
14/11/2023

APÊNDICE E - ENTREVISTA C 1

Edjane: É. Bom dia! Hoje, 5 de outubro de 2023 vou dar início a entrevista, que tem como título: O Ensino de história indígena na Educação Básica de Paulo Afonso. Estou aqui com a coordenadora:

Entrevistado 1: Pode falar?

Edjane: pode

Entrevistado 1: Rosane Amaral

Edjane: Da escola Casa da Criança 3, e a primeira pergunta é: Como coordenadora pedagógica você tem conhecimento sobre a Lei número 11.645/08 que determinou a inclusão da história e das culturas dos povos indígenas nos currículos da educação básica?

Entrevistado 1: Tenho, inclusive, foi baseado nessa lei que a secretária de educação do município, né, determinou que é obrigatório desenvolver ao longo do ano um projeto relacionado a essa temática.

Edjane: E na sua opinião qual é a importância de incluir a história indígena nos currículos escolares, como isso pode contribuir pra formação do aluno?

Entrevistado 1:

É importante pra ele conhecer a origem da história do Brasil, né, que começou realmente com essa raça né, a origem mesmo nossa é indígena né, que contribuiu muito para formação do povo brasileiro e até hoje contribui.

Edjane: Em relação a temática indígena, quais os desafios que você enxerga, assim, na implementação dessa lei?

Entrevistado 1: Bom, os desafios que você quis dizer?

Edjane: isso!

Entrevistado 1: Os desafios é... é mais assim, a questão voltada pra o conhecimento real da história do Brasil, né, a questão começa com a questão do descobrimento do Brasil, essa polêmica, ah mas foram os portugueses, não, na verdade os primeiros povos foram os indígenas começa com essa questão aí. E atualmente a questão do massacre dos povos indígenas, a exploração das florestas, que acaba atingindo o ambiente natural onde eles vivem.

Edjane: Você acredita que é importante problematizar as imagens e discursos estereotipados em relação aos indígenas no ambiente escolar? Como é que você acha que a gente pode trabalhar essa questão com os professores e alunos? Sobre como o indígena é visto na escola

Entrevistado 1: Eu acho que na verdade, assim... Os indígenas até hoje sofrem um certo preconceito ainda tem essa questão, não só o negro, mas na sociedade brasileira acho que ainda tem essa questão do preconceito, né, do negro de origem africana e dos povos indígenas. Hoje em dia, até hoje se tem a concepção que os índios são preguiçosos, que não querem trabalhar, eu acredito que ainda tem essa discriminação aí.

Edjane: É, na sua instituição, como tem sido abordado esses aspectos da interculturalidade nas aulas? Como é que trata, assim, a história indígena?

Entrevistado 1: Então, é mais trabalhado na disciplina mesmo de história e como eu falei a gente tem um trabalho, tem um projeto anual que ele é desenvolvido uma vez por ano e a culminância é no mês de novembro, que é o projeto da cultura afro-indígena, né, que são os povos originários do Brasil, aí o título é: Raízes Brasileiras, e a culminância é no mês de novembro.

Edjane: E agora outra pergunta: Você acredita que a escola tem um papel importante na promoção do respeito e valorização da cultura indígena?

Entrevistado 1: Com certeza, né. Não só da cultura indígena, como da cultura negra, e dos povos que contribuíram com a formação do povo brasileiro, com certeza.

Edjane: Então é isso, obrigada!

Áudio 2 com a adição de outra pergunta:

Edjane: É, como coordenadora pedagógica você percebe a disponibilidade de subsídios didáticos sobre a temática indígena para os professores?

Entrevistado: Muito pouco, eu acho que muito pouco e até como eu falei da questão da abordagem nos livros didáticos hoje em dia aborda muito pouco essa questão da cultura indígena.

AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA

Eu, Rosane Silva do Amaral _____, abaixo assinado, concedo meu consentimento para participar de uma entrevista com fins acadêmicos a ser conduzida por EDJANE ALMEIDA DE BRITO, doravante referido como "Entrevistador", como parte de seu projeto de pesquisa intitulado "Ensino de História Indígena na Educação Básica de Paulo Afonso - Ba".

Detalhes da Entrevista:

- **Objetivo da Entrevista:** A entrevista tem o objetivo de contribuir para o trabalho acadêmico mencionado acima, que está sendo realizado por Edjane Almeida de Brito, estudante do curso de licenciatura plena em História na Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão.

Uso das Informações:

Entendo que as informações obtidas durante a entrevista serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos relacionados ao projeto de pesquisa. Eu, Entrevistado, autorizo o Entrevistador a gravar em áudio todas as nossas interações relacionadas ao Projeto de Pesquisa mencionado acima. Estou ciente de que estas gravações serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos, incluindo análise e transcrição. E que não serão divulgadas ou compartilhadas publicamente.

Confidencialidade: Estou ciente de que todas as informações fornecidas por mim durante a entrevista serão tratadas com confidencialidade e serão usadas de forma anônima ou pseudônima no trabalho acadêmico, a menos que eu autorize expressamente a divulgação de minha identidade.

Assinaturas:

Por meio desta, declaro que li e entendi os termos desta autorização e concordo em participar da entrevista conforme descrito acima.

Entrevistado:

APÊNDICE F - ENTREVISTA C 2

Edjane: Vamos começar a entrevista com o tema: O ensino de história indígena na Educação Básica de Paulo Afonso, Bahia. Hoje, dia 17 de outubro de 2023. A primeira pergunta: Como coordenador pedagógico, você tem conhecimento sobre a Lei número 11.645 de 2008 que determinou a inclusão da história e das culturas dos povos indígenas nos currículos da educação básica?

Entrevistado 4: No mês que vem, novembro, nós aproveitamos a consciência negra e englobamos todas as questões raciais, questão indígena, todas essas questões em um projeto que nós temos aqui. Nós trabalhamos uma semana só nessas questões, entendeu? Das leis, do preconceito, da religiosidade, de tudo isso. Aí nós convidamos algumas tribos para fazer apresentações aqui. Eles dão depoimentos... a semana completa.

Edjane: Certo. Na sua opinião, qual a importância de incluir a história indígena nos currículos escolares?

Entrevistado 4: Eu acho importante porque as crianças e os adolescentes precisam ter noção de que eles foram os primeiros povos, os povos originários, e eles têm que saber sobre isso, respeitar sobretudo a... essa cultura, porque é uma cultura tradicional e é a cultura que nós viemos, né.

Edjane: Em relação à temática indígena, quais são os desafios que você enxerga na implementação dessa lei?

Entrevistado 4: Oh... eu acho que ainda existe muito preconceito, entendeu? É... Tam... não só da cultura indígena, mas da cultura afro também, as pessoas têm muito preconceito, e a gente está o tempo inteiro tentando quebrar isso, entendeu? Porque eles carregam um estigma de que é... tipo tá invadindo terras, tá fazendo isso, não faz nada, não faz aquilo, faz aquilo outro... Mas a gente tá trazendo sempre essa consciência pra os alunos de que eles são os povos originários, sobretudo a gente tem que respeitar, que não estão invadindo terras a terra era deles, entendeu? Então, é... A gente tem que tá sempre alinhando isso com os alunos, trazendo pessoas da justiça pra explicar a eles, entendeu? Pra eles terem um entendimento melhor, ver como é que funciona.

Edjane: Você percebe a disponibilidade de subsídios didáticos sobre a temática indígena para os professores?

Entrevistado 4: Não, pouquíssimo, pouquíssima coisa.

Edjane: Você acredita que é importante problematizar imagens e discursos estereotipados em relação aos indígenas no ambiente escolar?

Entrevistado 4: Sim.

Edjane: Como podemos trabalhar essa questão?

Entrevistado 4: Sim, oh... é... Não só nesse projeto que é no mês que vem, né, é... mas sempre nós estamos instigando os alunos a pesquisarem a se inteirarem mais, se envolverem mais, entendeu? Com essa questão, é... Por exemplo, no projeto Direitos Humanos, a gente também aborda também essa temática, também isso.

Edjane: Você já falou, né, mas eu vou perguntar de novo, se na sua instituição de ensino é, como têm sido abordados os aspectos né, da interculturalidade nas aulas que tratam a história indígena, existe alguma ação pra promover o respeito?

Entrevistado 4: Tem, é justamente isso, é... no projeto dos direitos humanos, a gente trabalha isso, e no projeto do mês que vem também que a gente já tá formulando ali, é... uma ação que é a semana toda, vai ser a semana toda esse projeto.

Edjane: E agora a última pergunta: Você acredita que a escola tem um papel importante na promoção do respeito e valorização da cultura indígena?

Entrevistado 4: Com certeza! Com certeza, porque eu acho que a escola é o ambiente onde eles podem tá desmitificando muita coisa, entendeu? E se não for a escola vai ser a onde? Às vezes ele tem a informação fora e é informação deturpada porque já vem de famílias que têm umas crenças, né, e aí fica repassando a mesma crença e a escola veio justamente pra quebrar esse tipo de crença, né, levar informação verdadeira, levar informação é... Indicar canais onde eles possam tá pesquisando, ou até mesmo levar as turmas e eles a meios que eles possam vivenciar as coisas como realmente elas acontecem.

Edjane: Muito obrigada, viu.

Entrevistado 4: (Risadas)

AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA

Eu Jackson Alexandre Costa Cavalcante, abaixo assinado, concedo meu consentimento para participar de uma entrevista com fins acadêmicos a ser conduzida por EDJANE ALMEIDA DE BRITO, doravante referido como "Entrevistador", como parte de seu projeto de pesquisa intitulado "Ensino de História Indígena na Educação Básica de Paulo Afonso - Ba".

Detalhes da Entrevista:

- **Objetivo da Entrevista:** A entrevista tem o objetivo de contribuir para o trabalho acadêmico mencionado acima, que está sendo realizado por Edjane Almeida de Brito, estudante do curso de licenciatura plena em História na Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão.

Uso das Informações:

Entendo que as informações obtidas durante a entrevista serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos relacionados ao projeto de pesquisa. Eu, Entrevistado, autorizo o Entrevistador a gravar em áudio todas as nossas interações relacionadas ao Projeto de Pesquisa mencionado acima. Estou ciente de que estas gravações serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos, incluindo análise e transcrição. E que não serão divulgadas ou compartilhadas publicamente.

Confidencialidade: Estou ciente de que todas as informações fornecidas por mim durante a entrevista serão tratadas com confidencialidade e serão usadas de forma anônima ou pseudônima no trabalho acadêmico, a menos que eu autorize expressamente a divulgação de minha identidade.

Assinaturas:

Por meio desta, declaro que li e entendi os termos desta autorização e concordo em participar da entrevista conforme descrito acima.

Entrevistado: Jackson Alexandre Costa Cavalcante 17/10/23

APÊNDICE G - ENTREVISTA C 3

Edjane: Bom dia! Vamos dar início a mais uma entrevista sobre o tema do ensino de história indígena na educação básica de Paulo Afonso, Bahia, hoje, dia 9 de outubro de 2023. Primeira pergunta: Como coordenadora pedagógica, você tem conhecimento sobre a Lei número 11.645 de 2008, que determinou a inclusão da história e das culturas dos povos indígenas nos currículos da Educação Básica?

Entrevistado 2: Sim!

Edjane: Tem conhecimento?

Entrevistado 2: Tenho conhecimento, sim, de que é obrigatório o trabalho com essa temática dentro das escolas.

Edjane: Na sua opinião, qual a importância de incluir a história indígena nos currículos escolares? Como isso pode contribuir para a formação dos alunos?

Entrevistado 2: A gente vive um momento histórico de muito preconceito, muita discriminação, e a gente sabe que isso é oriundo do... do... do nosso, do nosso início, de como a gente começou. E, para que isso acabe, a gente precisa falar sobre isso. E a escola é um veículo muito importante para isso, porque a gente tá com a formação dessas pessoas, e essa formação precisa se dar dizendo a eles quem de verdade são essas pessoas, né? Se a gente não falar sobre isso, a gente perpetua o preconceito.

Edjane: Em relação a temática indígena, quais são os desafios que você enxerga na implementação dessa lei?

Entrevistado 2: Primeiro, é assim, é as pessoas entenderem que eles são os verdadeiros donos dessa terra, né, e que a gente precisa tratá-los como donos e não como inquilinos e, às vezes, inquilinos sem direitos nenhum, que assim acontece muitas vezes, né? E como também assim, eles nos ajudam a entender que o meio ambiente em que a gente vive, a gente precisa conservar e cuidar, e isso está dentro da cultura deles. E aí traz pra gente, que se acha dono dessa terra, que não é, né, o entendimento de que a gente precisa cuidar desse mundo pra que ele exista, porque do jeito que as coisas vão, dificilmente a gente vai ter muito tempo, se a gente não acordar pra isso.

Edjane: É verdade! Você percebe a disponibilidade de subsídios didáticos sobre a temática indígena para os professores?

Entrevistado 2: Não! Não, é geralmente a gente tem que buscar, porque vir pra escola, esse tipo de conteúdo não, a gente não recebe.

Edjane: É... E você acredita que é importante problematizar imagens e discursos estereotipados em relação aos indígenas no ambiente escolar?

Entrevistado 2: Eu acho que tudo tem que ser dentro de um contexto; tudo tem que ser associado a uma situação. Porque se você bota o índio de peninha lá simplesmente porque é bonitinho, isso não quer dizer nada, muito pelo contrário, você perpetua o preconceito. Agora, se você traz esse índio de peninha pra realidade de hoje, aí sim você contribui (tosse).

Edjane: É... Na sua instituição de ensino, como têm sido abordado os aspectos da interculturalidade nas aulas que tratam história indígena?

Entrevistado 2: Além de ser o nosso principal projeto dentro da escola, este é o projeto que recebe uma ênfase muito grande. Ele vem sendo trabalhado o ano inteiro para culminar agora em novembro porque assim... é a data show, né? É onde dá visibilidade, mas essa temática vem sendo inserida durante todo o ano dentro da escola, dada a importância que ela tem para os povos, principalmente para nós que somos mestiços, né? Dificilmente você acha uma pessoa que não tem a ver com isso. A dificuldade durante o ano é mostrar para eles que o índio não é aquele, o índio sou eu, que o negro não é aquele, o negro sou eu, porque está dentro de mim, dentro da minha cultura, dentro da minha formação. E é isso que a gente trabalha durante o ano inteiro e culmina no final do ano.

Edjane: Pronto, agora a última pergunta.

Edjane: Você acredita que a escola tem um papel importante na promoção do respeito e valorização da Cultura indígena?

Entrevistado 2: Com certeza, porque assim, querendo ou não, eles estão conosco diariamente. Então, é uma vivência, e você fala muito mais dentro de uma vivência do que com um conteúdo só. Porque na vivência, você vai mostrando como é que você deve se portar diante de determinadas situações e mostrar pra eles que todas as pessoas têm os mesmos direitos, independentemente de raça, cor, religião, de quem ele seja. Direitos são garantias para todos.

Edjane: Eu quero agradecer e está encerrada a entrevista de hoje.

AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA

Eu, Marvanda Maria Varjão _____, abaixo assinado, concedo meu consentimento para participar de uma entrevista com fins acadêmicos a ser conduzida por EDJANE ALMEIDA DE BRITO, doravante referido como "Entrevistador", como parte de seu projeto de pesquisa intitulado "Ensino de História Indígena na Educação Básica de Paulo Afonso - Ba".

Detalhes da Entrevista:

- **Objetivo da Entrevista:** A entrevista tem o objetivo de contribuir para o trabalho acadêmico mencionado acima, que está sendo realizado por Edjane Almeida de Brito, estudante do curso de licenciatura plena em História na Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão.

Uso das Informações:

Entendo que as informações obtidas durante a entrevista serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos relacionados ao projeto de pesquisa. Eu, Entrevistado, autorizo o Entrevistador a gravar em áudio todas as nossas interações relacionadas ao Projeto de Pesquisa mencionado acima. Estou ciente de que estas gravações serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos, incluindo análise e transcrição. E que não serão divulgadas ou compartilhadas publicamente.

Confidencialidade: Estou ciente de que todas as informações fornecidas por mim durante a entrevista serão tratadas com confidencialidade e serão usadas de forma anônima ou pseudônima no trabalho acadêmico, a menos que eu autorize expressamente a divulgação de minha identidade.

Assinaturas:

Por meio desta, declaro que li e entendi os termos desta autorização e concordo em participar da entrevista conforme descrito acima.

Entrevistado:

Marvanda Maria Varjão
coordenadora Pedagógica
E.M.M.A.K. 09/10/23

APÊNDICE H - ENTREVISTA C 4

Edjane: Vamos começar a entrevista, dia 09 de outubro de 2023, com a coordenadora Rose da escola Georgina. Primeira pergunta: Como coordenadora pedagógica, você tem conhecimento sobre a Lei 11.645 de 2008, que determinou a inclusão da história e das culturas dos povos indígenas nos currículos da educação básica?

Entrevistado 3: Tenho!

Edjane: Na sua opinião, qual a importância de incluir a história indígena nos currículos escolares?

Entrevistado 3: É muito importante porque através dela é, se desenvolve uma valorização que é, há muito tempo, deveria ter ocorrido já desses povos tradicionais.

Edjane: E em relação a temática indígena, quais os desafios que você enxerga para a implantação dessa lei na escola?

Entrevistado 3: A própria aceitação por parte das unidades escolares, porque durante muito tempo o índio ele foi visto apenas assim, como um povo diferente, uma cultura diferente e nem todas as os costumes deles eram incorporados é nas unidades escolares, então pode haver assim uma dificuldade pelo menos inicial de fazer essa inclusão.

Edjane: É. Você percebe a disponibilidade de subsídios didáticos sobre a temática indígena para os professores?

Entrevistado: Não! Ainda é muito carente. Os livros eles já trazem algumas coisas assim... além do que traziam antes, mas não é suficiente.

Edjane: Você acredita que é importante problematizar imagens e discursos estereotipados em relação aos indígenas no ambiente escolar? Como é que a gente pode trabalhar pra essa questão da imagem do Índio?

Entrevistado 3: É... a imagem do Índio em muitas situações ela é deturpada, porque ele é visto apenas como aquele que dança, aquele que faz que tem as crenças deles, que usa cocar, mas o índio vai muito além disso, então ele ainda não é visto com todo o potencial que ele possui.

Edjane: Na sua instituição tem sido abordado os aspectos da interculturalidade nas aulas que tratam história indígena?

Entrevistado: Aos poucos vem sendo inserido, mas, ainda não o suficiente como deveria acontecer.

Edjane: Agora a última. Você acredita que a escola tem um papel importante na promoção do respeito e valorização da cultura indígena?

Entrevistado 3: Muito importante porque a escola é formadora de opinião. Então, é na medida que a escola passa esse conhecimento, ele passa a ser mais valorizado também.

Edjane: Então a gente encerra aqui a entrevista, obrigada!

AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA

Eu, Roselene Flora de Souza Xavier, abaixo assinado, concedo meu consentimento para participar de uma entrevista com fins acadêmicos a ser conduzida por EDJANE ALMEIDA DE BRITO, doravante referido como "Entrevistador", como parte de seu projeto de pesquisa intitulado "Ensino de História Indígena na Educação Básica de Paulo Afonso - Ba".

Detalhes da Entrevista:

- **Objetivo da Entrevista:** A entrevista tem o objetivo de contribuir para o trabalho acadêmico mencionado acima, que está sendo realizado por Edjane Almeida de Brito, estudante do curso de licenciatura plena em História na Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão.

Uso das Informações:

Entendo que as informações obtidas durante a entrevista serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos relacionados ao projeto de pesquisa. Eu, Entrevistado, autorizo o Entrevistador a gravar em áudio todas as nossas interações relacionadas ao Projeto de Pesquisa mencionado acima. Estou ciente de que estas gravações serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos, incluindo análise e transcrição. E que não serão divulgadas ou compartilhadas publicamente.

Confidencialidade: Estou ciente de que todas as informações fornecidas por mim durante a entrevista serão tratadas com confidencialidade e serão usadas de forma anônima ou pseudônima no trabalho acadêmico, a menos que eu autorize expressamente a divulgação de minha identidade.

Assinaturas:

Por meio desta, declaro que li e entendi os termos desta autorização e concordo em participar da entrevista conforme descrito acima.

Entrevistado: Roselene Flora de Souza Xavier

09/10/2023

APÊNDICE I - ENTREVISTA A 1

Edjane: Boa tarde! Vamos começar a entrevista com o aluno

Aluno: Pedro Henrique

Edjane: Da escola Georgina, e a primeira pergunta é: Quando você pensa nos povos indígenas quais são as primeiras imagens ou ideias que vem à sua mente?

Aluno : É...as primeiras imagens são aqueles povos que vivem na mata, com sua cultura, com suas vestes... É como...não sei como dizer agora, então

Edjane: Você já teve alguma experiência ou contato real com povos indígenas?

Aluno : Eu não tive muito contato, mas eu já conversei com uma pessoa que era indígena mas só foi uma vez ou outra

Edjane: Você acredita que é importante aprender sobre a cultura e história dos povos indígenas?

Aluno : Sim, com certeza! É algo que a gente tem que estudar, que eles são povos mais deixados de lado, a gente tem que dá total atenção a eles (inaudível)

Edjane: Você já teve a oportunidade de ler ou estudar sobre a história dos povos indígenas em suas aulas?

Aluno : Sim, a gente já estudou sim. Já fizemos até trabalhos, né, é… quanto aqui quanto no meu trabalho também

Edjane: A última pergunta agora: Você acredita que aprender mais sobre a cultura indígena pode nos tornar mais respeitosos com as diferenças culturais?

Aluno : Sim! E muito, vai trazer muito respeito a gente, e é muito legal você aprender sobre a cultura do outro, é a diversidade né, entre a gente.

Edjane: Muito obrigada, viu

AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA

Eu, Valdileide Santana Henrique do Nascimento, responsável pelo aluno Pedro Henrique Santana de Souza concedo meu consentimento para o mesmo participar de uma entrevista com fins acadêmicos a ser conduzida por EDJANE ALMEIDA DE BRITO, doravante referido como "Entrevistador", como parte de seu projeto de pesquisa intitulado "Ensino de História Indígena na Educação Básica de Paulo Afonso - Ba".

Detalhes da Entrevista:

- **Objetivo da Entrevista:** A entrevista tem o objetivo de contribuir para o trabalho acadêmico mencionado acima, que está sendo realizado por Edjane Almeida de Brito, estudante do curso de licenciatura plena em História na Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão.

Uso das Informações:

Entendo que as informações obtidas durante a entrevista serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos relacionados ao projeto de pesquisa. Autorizo o Entrevistador a gravar em áudio todas as interações relacionadas ao Projeto de Pesquisa mencionado acima. Estou ciente de que estas gravações serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos, incluindo análise e transcrição.

Assinaturas:

Por meio desta, declaro que li e entendi os termos desta autorização e concordo com a entrevista conforme descrito acima.

Responsável:

Nome Completo:
Valdileide Santana Henrique do Nascimento

APÊNDICE J - ENTREVISTA A 2

Edjane: Vamos começar a entrevista com a aluna Maria Eduarda, da Escola Georgina, do 9°ano. A primeira pergunta é: Quando você pensa nos povos indígenas, quais são as primeiras imagens ou ideias que vem à sua mente?

Aluna: Das características deles?

Edjane: Isso! Quando alguém fala assim sobre os indígenas, o que é que você acha assim, que a pessoa está falando? O que vem à sua mente?

Aluna: Índios, eu não vou falar naturais, porque eu nunca cheguei perto, eu tenho famílias, né, de caboclo e indígena. Só que eu... a aparência deles é eu imagino desenhados, né, semi-nus, mas sei que não, porque hoje em dia as coisas se avançaram e também eles têm casas como as nossas, e é.

Edjane: Você já teve alguma experiência ou contato real com povos indígenas ou alguma pessoa?

Aluna: Não.

Edjane: Você já teve a oportunidade de ler ou estudar sobre a história dos povos indígenas nas aulas?

Aluna: sim, eu acho que foi no 7°ano, por aí. Daí eu não me lembro mais

Edjane: A última pergunta, você acredita que aprender mais sobre a cultura indígena pode nos tornar pessoas mais respeitosas com as diferenças culturais?

Aluna: Sim, sim. Demais

Edjane: Você acredita?

Aluna: Hum rum

AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA

Eu, Nair Maria de Jesus da Silva
_____, responsável pelo aluno
Maria Eduarda de Jesus Ferreira.
_____ concedo meu consentimento para o mesmo participar de uma entrevista com fins acadêmicos a ser conduzida por EDJANE ALMEIDA DE BRITO, doravante referido como "Entrevistador", como parte de seu projeto de pesquisa intitulado "Ensino de História Indígena na Educação Básica de Paulo Afonso - Ba".

Detalhes da Entrevista:

- **Objetivo da Entrevista:** A entrevista tem o objetivo de contribuir para o trabalho acadêmico mencionado acima, que está sendo realizado por Edjane Almeida de Brito, estudante do curso de licenciatura plena em História na Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão.

Uso das Informações:

Entendo que as informações obtidas durante a entrevista serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos relacionados ao projeto de pesquisa. Autorizo o Entrevistador a gravar em áudio todas as interações relacionadas ao Projeto de Pesquisa mencionado acima. Estou ciente de que estas gravações serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos, incluindo análise e transcrição.

Assinaturas:

Por meio desta, declaro que li e entendi os termos desta autorização e concordo com a entrevista conforme descrito acima.

Responsável:

Nome Completo:
Nair Maria de Jesus da Silva

APÊNDICE K - ENTREVISTA A 3

Edjane: Vamos começar a entrevista com a aluna Milena do 8°B. Primeira pergunta: Quando você pensa nos povos indígenas, quais são as primeiras imagens ou ideias que vêm à sua mente? Quando se fala de indígena, assim, o que vem à sua mente?

Aluna: Eu vejo é a cultura deles, assim... É, a forma deles mesmo, tipo, é as pinturas que eles fazem, é a maneira como eles vivem, essas coisas.

Edjane: Você já teve alguma experiência ou contato real com povos indígenas?

Aluna: eu já fui uma vez num, como é que se chama? Num passeio escolar pra a Aldeia Kariri, eu já fui lá, e isso eu gostei bastante.

Edjane: você acredita que é importante aprender sobre a cultura indígena? Dos... Sobre a cultura e história dos povos indígenas?

Aluna: Sim! Eu acho bem importante, porque também eles foram um dos primeiros povos a chegar, assim... Que já estavam aqui no Brasil, então eu acho bom conhecer a cultura deles.

Edjane: Você já teve a oportunidade de ler ou estudar sobre a história dos povos indígenas é... Nas suas aulas, lá na sala?

Aluna: Já!

Edjane: O que você achou?

Aluna: Eu gostei assim, bastante.

Edjane: agora a última pergunta: você acredita que aprender mais sobre a cultura indígena pode nos tornar pessoas mais respeitosas?

Aluna: sim, porque às vezes a nossa maneira de viver , por mais que seja diferentes deles, eles têm coisas assim, que possa ajudar e que seja importante também.

Edjane: obrigada!

AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA

Eu, Naiane Sabino Vieira Gomes.
_____, responsável pelo aluno
Millena Thauane Sabino Vieira Gomes
_____ concedo meu consentimento para o mesmo participar de uma entrevista com fins acadêmicos a ser conduzida por EDJANE ALMEIDA DE BRITO, doravante referido como "Entrevistador", como parte de seu projeto de pesquisa intitulado "Ensino de História Indígena na Educação Básica de Paulo Afonso - Ba".

Detalhes da Entrevista:

- **Objetivo da Entrevista:** A entrevista tem o objetivo de contribuir para o trabalho acadêmico mencionado acima, que está sendo realizado por Edjane Almeida de Brito, estudante do curso de licenciatura plena em História na Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão.

Uso das Informações:

Entendo que as informações obtidas durante a entrevista serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos relacionados ao projeto de pesquisa. Autorizo o Entrevistador a gravar em áudio todas as interações relacionadas ao Projeto de Pesquisa mencionado acima. Estou ciente de que estas gravações serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos, incluindo análise e transcrição.

Assinaturas:

Por meio desta, declaro que li e entendi os termos desta autorização e concordo com a entrevista conforme descrito acima.

Responsável:

Nome Completo:
Naiane Sabino Vieira Gomes.